



## IV CONEPE

Bioeconomia: Diversidade e  
Riqueza para o Desenvolvimento  
Sustentável

# ANAIIS DO IV CONEPE

Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão  
23 a 25 de Outubro de 2019

Programa de Bolsas de Extensão e Cultura  
PROBEC

Realização:



Apoio:





## LIBRAS E A EDUCAÇÃO INTERPROFISSIONAL<sup>1</sup>

**XAVIER**, Alana Francine Freitas<sup>2</sup>; **TAVARES**, Larissa Ingreddy<sup>3</sup>; **MACHADO**, Andréia de Cássia Silva<sup>4</sup>; **MAIA**, Ludmila Grego<sup>5</sup>; **AGOSTINHO**, Patrícia Leão da Silva<sup>6</sup>; **CONDORIMAY-TACSI**, Yolanda Rufina<sup>7</sup>.

**Palavras-chave:** Libras. Interprofissionalidade. Saúde. Educação.

### 1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA

Atualmente no Brasil segundo censo do IBGE 2010 existe cerca de 45 milhões de pessoas portadoras de deficiência. Destes 1,7 milhão de pessoas têm grande dificuldade de ouvir (PAGLIUCA, 2007).

Segundo decreto Nº 5.626, de dezembro de 2005, parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. De acordo com este decreto a língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) deve ser inserida nos cursos de licenciatura, nos cursos normais de nível superior, nas diferentes áreas de conhecimento podendo ser optativa em cursos de educação superior e na educação de profissionais, e outros (CARRIAS, 2012).

Já o art. 25, inciso IX garante direito a “atendimento às pessoas surdas ou com deficiência auditiva na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo orientador do projeto de extensão Diálogos sobre a interprofissionalidade em saúde Profa. Yolanda R. Condorimay-Tacsi, código: EV437-2019.

<sup>2</sup> Bolsista do Programa PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás (UFG), Curso de Biomedicina. alanafrancine1993@gmail.com

<sup>3</sup> Preceptora do Programa PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás (UFG). larissatavares.fisio@gmail.com

<sup>4</sup> Preceptora do Programa PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás (UFG). megandreia@gmail.com

<sup>5</sup> Coordenadora geral do Projeto PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás. petinterprofissionaljatai@gmail.com

<sup>6</sup> Coordenadora do grupo 4 do Projeto PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás. p.lea@hotmail.com

<sup>7</sup> Tutora do grupo 4 do Projeto PET-Saúde. Universidade Federal de Goiás. yolitact@yahoo.com.br



profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e no inciso X – é garantido apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação” (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, para suprir as necessidades dos deficientes auditivos na área da saúde, é necessário a utilização da comunicação. Podendo esta ser pela escrita, leitura labial, com a presença de um profissional para tradução da língua brasileira para língua de sinais ou vice-versa, ou pela utilização da LIBRAS por profissionais na conversação direta com o deficiente auditivo (OLIVEIRA, 2012). Sendo de competência não só dos profissionais do SUS, mas de todo os profissionais da esfera da saúde, uma vez que esses profissionais poderão ter deficientes auditivos como pacientes.

Sendo assim, a comunicação em LIBRAS é ferramenta de fundamental importância no atendimento em locais que promovem saúde. A falta ou falha na mesma impede o trabalho dos profissionais, dificultando assim um atendimento humanizado (OLIVEIRA, 2012).

## **2 BASE TEÓRICA**

No Brasil a língua predominante é o português, porém, esta não consegue alcançar todas as esferas do país devido à pluralidade de culturas existentes. Com base nisso, surgiu a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) com a finalidade de atender a comunidade de surdos. Essa nova linguagem possui um sistema linguístico de natureza gesto-visual e com estrutura gramatical própria (LEVINO, 2013).

Em 24 de abril de 2002 foi sancionada a Lei nº 10.436 que oficializa a Libras como uma forma legal de comunicação e expressão. O decreto 5.626 de 2005 regulamenta a lei anteriormente mencionada e estabelece a obrigatoriedade do ensino de LIBRAS nos cursos de formação para magistérios e licenciaturas nas mais diversas áreas do conhecimento (LEVINO, 2013).



Na área da saúde, a principal forma de estabelecer vínculos entre o profissional e o paciente/familiares é por meio da comunicação, e se tratando de pacientes com surdez, essa comunicação tem sido dificultada. Por isso, se faz necessário a qualificação do profissional da saúde na aprendizagem de libras (RAMOS, 2017).

A dificuldade de comunicação e interpretação entre os profissionais da Saúde para pacientes surdos corrobora para uma má qualidade da assistência médica oferecida (LEVINO, 2013). Vale ressaltar a necessidade do Estado em oferecer medidas para esta qualificação do profissional da saúde e que seja de uma boa qualidade objetivando sempre melhorar a relação profissional – paciente (BRASIL, 2005).

Aliado à qualificação do profissional da saúde no atendimento a comunidade surda, se faz necessário também a implantação de uma Educação Interprofissional (EIP) (COSTA, 2016).

A EIP, tem se mostrado como a principal ferramenta na formação de profissionais aptos para o trabalho em equipe e, principalmente na área da saúde essa demanda vem se tornando cada vez mais necessária (BATISTA, 2012).

Prévios trabalhos demonstraram resultados positivos da inserção da EIP sobre a formação dos profissionais da área da saúde. Neste sentido, na educação superior, tem sido implantadas práticas de políticas indutoras como o PET- Saúde, o qual visa trazer a EIP para mais perto dos futuros profissionais da saúde enquanto discentes (BATISTA, 2012).

A prática de EIP também se mostra como uma novidade para os docentes, pois, estes necessitam sair da organização disciplinar que sempre regeu os ensinos e abrir-se para uma nova forma de ensinar e pensar, baseado na interprofissionalidade do ensinar e aprender (BATISTA, 2012).

### **3 OBJETIVOS**

Este trabalho tem por finalidade realizar uma revisão da literatura sobre a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e a Educação Interprofissional (EIP) na área da Saúde.



#### **4 METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada por meio da Plataforma Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), com os descritores “LIBRAS e SAÚDE” e “INTERPROFISSIONALIDADE”, nos últimos 10 anos. Foram incluídos os trabalhos completos que apresentassem os descritores propostos e excluídos os que apresentassem as seguintes características: relacionados a atividades físicas, causas da deficiência auditiva, formação de intérpretes de Libras, dentre outras.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Inicialmente foram encontrados cerca de 40 trabalhos, que sobre o tema proposto, destes, apenas sete foram excluídos, pois não atendiam ao tema. A principal população alcançada nas pesquisas tratava-se dos enfermeiros, demonstrando a necessidade de capacitação dos demais profissionais da área da Saúde, frente a esses obstáculos. A literatura nos mostra em vários momentos a aplicação de LIBRAS na área da Saúde.

Embora fossem encontrados alguns trabalhos sobre o tema proposto, ainda faz-se necessário, a necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema e as suas consequências benéficas para a educação e a prática na relação profissional da saúde – paciente. Não ficando apenas a cargo dos enfermeiros o conhecimento a cerca da Língua Brasileira de Sinais. (PEDUZZI et al., 2012).

Pesquisas técnicas-científicas devem ser mais trabalhadas a fim de consolidarem termos e consensos que norteiam a EIP, sendo este um tema pouco difundido e muita das vezes não compreendida pelos profissionais da área da saúde (PEDUZZI, NORMAN, et al, 2012).

Em relação a Libras, este requer uma capacitação tanto por parte dos discentes e docentes da graduação como em cursos específicos de Libras (*strictu sensu* e *lato sensu*), para assim ser capaz de oferecer um atendimento humanizado e eficaz a todos os pacientes, principalmente aqueles que necessitam de uma atenção especializada (SILVIA E PACHÚ, 2016).



## 6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que ainda há barreiras na comunicação entre o deficiente auditivo e o profissional de saúde, a falta na comunicação entre esses atores põe em risco a assistência prestada, podendo prejudicar o contato, o diagnóstico e o tratamento, além de gerar desconforto para ambas as partes. Faz-se necessário que os profissionais de saúde adquiram conhecimento em LIBRAS, por meio de disciplinas específicas na grade curricular da graduação e programas de educação continuada nos serviços de saúde a fim de estreitar os vínculos com os deficientes auditivos (DANTAS, 2014).

Em concordância com a literatura apresentada, está o fato de que a dificuldade na comunicação entre o indivíduo surdo e a comunidade ouvinte é cultural e social, pois há evidências que não temos uma sociedade adequada e preparada para atender a este grupo de pessoas. Resultando na baixa procura por meio dos deficientes auditivos a atendimentos médicos (LEVINO, 2013).

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Ministério da Justiça, 2015.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Brasília: Ministério da Justiça, 2005. Disponível em: <[http://r1.ufrrj.br/graduacao/arquivos/docs\\_academico/decreto\\_5626\\_libras.pdf](http://r1.ufrrj.br/graduacao/arquivos/docs_academico/decreto_5626_libras.pdf).> Acesso em 19 set 2019.

CARRIAS, M.I.R.; Andrade, E.G.S.; **A Importância da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na Enfermagem**; 2012.

COSTA, M. V. A educação interprofissional no contexto brasileiro: algumas reflexões. **Revista Interface**. 20(56). p. 197-8. Pau dos Ferros, RN 2016.



DANTAS, T. R. A.; GOMES, T. M.; COSTA, T. F.; et al. Comunicação entre a equipe de enfermagem e pessoas com deficiência auditiva. Rev. Enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2014. mar/abr; v. 22(2) p. 169-74. Rio de Janeiro, 2014.

LEVINO, D.A.; SOUZA, E.B.; CARDOSO, P.C. et al. Libras na Graduação Médica: o Despertar para uma nova língua. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 37 (2) : 291-297; Palmas, TO. 2013

OLIVEIRA Y.C.A., Costa G.M.C.; Coura A.S.; Cartaxo R.O.; et al. A língua brasileira de sinais na formação dos profissionais de Enfermagem, Fisioterapia e Odontologia no estado da Paraíba, Brasil. **Rev Comunicação Saúde Educação**. v.16(43); p. 995-1008. 2012.

PAGLIUCA, L.M.; Fiúza, N.L.G; Rebouças, C.B.A. Aspectos da comunicação da enfermeira com deficientes auditivas. Rev. Esc Enferm USP; v. 41(3); p. 411-8, 2007

PEDUZZI, M.; NORMAN, I.J.; GERMANI, A.C.C.G.; et al. Educação interprofissional: formação de profissionais de saúde para o trabalho em equipe com foco nos usuários. **Revista Escola de Enfermagem – USP**. v. 47(4). p. 977-83. São Paulo – SP. 2012.

RAMOS, T.S.; ALMEIDA, M.A.P.T.; A Importância do ensino de Libras: Relevância para Profissionais de Saúde. **Id on Line Rev. Psic**. v.10, n. 33. Janeiro. 2017

SILVIA, L.K.M.; PACHÚ C.O.; A Importância da Libras na Formação dos Profissionais de Saúde. II **Congresso Internacional de Educação Inclusiva**. Campina Grande, PB. 2016.



## **AÇÕES EDUCATIVAS NO PARQUE DA CIÊNCIA <sup>1</sup>**

**COSTA**, Elisneidy de Jesus Rezende<sup>2</sup>; **GUIMARÃES**, Izadora Terra<sup>3</sup>; **PINTO**, Suely Lima de Assis<sup>4</sup>.

**Palavras-chave:** Parque da Ciência. Museu Virtual. Ações Educativas.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

O presente relatório descreve nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido no projeto do Parque da Ciência da Universidade Federal de Jataí pelas bolsistas PROBEC e PROVEC mediante o edital Nº 04/2017 durante o período 01/08/2018 à 31/07/2019. A contribuição ao projeto consistia na divulgação dos laboratórios de pesquisas envolvidos com o Parque, na qual, tem-se a ação educativa como o eixo integrador na educação, sendo uma de suas dimensões a organização de visitas escolares para conhecer seu acervo científico.

Desta forma, fez-se necessário o embasamento teórico com Loureiro 2003; Cândido (2014); Meneses (2007); Mesquita (2007); Tagle (2007); Valente (2005) e o documento do Portal do Instituto Brasileiro de Museu, IBRAM (2019) para compreensão do trabalho desenvolvido.

Durante o período de atuação como bolsistas realizamos encontros com alguns responsáveis dos laboratórios participantes para conhecimento das propostas visando as ações educativas para a sociedade externa e auxílio/monitoria nas atividades previstas para o público.

### **2 PARQUE DA CIÊNCIA/MUSEU**

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pela Arte educadora, Prof. Dr.<sup>a</sup> Suely Lima de Assis Pinto,

<sup>2</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2019). Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás (UFG), elisneidyresendejesus@gmail.com

<sup>3</sup> Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2019). Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), izadoratguimaraes@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora em História da Arte (FH/UFG), Arte Educadora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí (UFG/GO), Jataí-Goiás, suelylimajatai@yahoo.com.br.





Para dar continuidade ao trabalho desenvolvido como bolsista PROBEC e PROVEC do Parque da Ciência no ano de 2018 e 2019, cujo trabalho realizado consiste em auxiliar na construção do Parque da Ciência na Universidade Federal de Jataí se fez necessário estudo teórico para subsidiar o entendimento sobre o que é o Parque/Museu de Ciência. Dessa forma, foi fundamental realizar leituras do documento Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM, 2019) para compreender a função da instituição museu como está posto na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 para o qual o museu é uma instituição que deve transmitir conhecimento para a sociedade sem fins lucrativos, sobretudo realizar suas pesquisas e exposições levando conhecimento às diversas áreas, e que busca resgatar a memória do passado em uma representação no presente.

O avanço tecnológico que adentrou aos museus possibilitando a criação de museus virtuais nos apresentou uma possibilidade de pensar o Parque da Ciência sob essa perspectiva, pois o museu virtual valoriza a imagem virtual possibilitando a valorização no aspecto de apresentação e reprodução como assegura Meneses (2007, p. 60) ao dizer que quando se fala em museu virtual, não significa que há prioridade no uso da informática, mas sim o que objetiva a instituição museológica, é a possibilidade de o cibernético fazer o uso do propósito que a internet direciona para adquirir conhecimento por meio da imagem.

Ao referir sobre o conceito de educação no âmbito dos museus, percebemos que a educação expande para além da escola inserindo no espaço cultural como educação não formal. Vimos o museu como espaço de aprendizagem, como analisa Valente (2005, p.54) ao afirmar que os museus são fontes importantes de aprendizagem, contribuindo com o conhecimento cultural e científico por meio das atividades oferecidas pelos museus.

Nessa ótica apresentamos as atividades realizadas em um período de doze meses iniciando com pesquisas em site de vários museus para adquirir conhecimento de como é realizado o arquivamento dos acervos no museu virtual e na plataforma TAINACAN (programa de arquivo que será utilizado no Parque), na qual seu objetivo é organizar e publicar os acervos em formato digital. Sequencialmente foi feita a leitura do questionário respondido pelos responsáveis dos laboratórios participantes, sendo que as questões abordavam o que os



laboratórios propunham contribuir para exposições e divulgação do mesmo juntamente ao projeto do Parque. Depois do reconhecimento de todos os questionários, realizamos visitas aos laboratórios aprofundando o conhecimento e compreensão referente a seus acervos visando realizar exposições e trabalhos educativos em parceria com o Parque da Ciência.

Trabalhamos também no site do Parque da Ciência que nos possibilitou o desenvolvimento de habilidades de informática. O site, ainda em construção, irá divulgar o Parque e apresentar suas atividades e exposições destinadas ao público externo. Com a administração do site do parque desenvolvemos atividades e tarefas básicas que possibilitasse maior interação entre o Parque e as Escolas em Jataí-GO. Realizamos também formulários para requerimento da tenda, espaço físico do Parque, para realizar atividades culturais e acadêmicas.

## **O DESENVOLVIMENTO DO PARQUE POR MEIO DAS AÇÕES EDUCATIVAS**

Durante o período de recesso da Universidade, realizamos estágio no Museu Histórico de Jataí visando o trabalho junto ao acervo do Parque, com o objetivo de conhecer a dinâmica de coleta, guarda e catalogação dos acervos. Nesse sentido, compreendemos o trabalho interno desenvolvido pelo Museu Histórico de Jataí durante o período que ali estivemos, o qual fechou as portas para o público para limpezas internas e dando combate contra insetos e roedores conservando os valores passado.

Ainda nesse mesmo período houve o acompanhamento do trabalho feito pela arqueóloga do Museu antropológico Dilamar Martins e pela restauradora de bens culturais Ana Cristina de Menezes Santoro, o processo de conservação do esqueleto humano com mais de três mil anos encontrado na Serra do Cafezal, situado no município de Serranópolis. Ainda de acordo com Mesquita (2007, p. 185) “Para que a conservação preventiva tenha sucesso, é preciso que haja pessoas treinadas para esse fim e elas que conheçam as diferentes matérias-primas com as quais possam trabalhar”. O Museu Histórico trouxe pessoas especializadas na área de conservação de esqueleto humano, pois a mesma conhece toda forma de realizar limpeza visando sua conservação.



Realizamos também trabalho de pesquisa no Museu Histórico de Jataí que proporcionou a oportunidade de conhecer o acervo histórico da cidade em busca de registros sobre a Universidade Federal de Jataí, em contribuição com a proposta de construção do livro/catálogo feito pela universidade.

### **3 OBJETIVOS**

O objetivo deste trabalho consiste em conhecer os 12 laboratórios que compõe o Parque, levantando dados sobre os mesmos e investigando o interesse de realizar propostas de ações e atividades expositivas, atendendo professores/as e alunos/as das escolas públicas e privadas da cidade de Jataí e circunvizinhas.

### **4 METODOLOGIA**

Consideramos que a metodologia utilizada durante o projeto do Parque das Ciências é empírica, bibliográfica e documental, segundo Gil (2002). No início das atividades com o Projeto o trabalho foi centrado na organização de documentos e estudo dos laboratórios com levantamento do diagnóstico sobre as possibilidades do trabalho em conjunto com os laboratórios da universidade por meio da visita e contato com os seus responsáveis, após a coleta de dados surge a possibilidade de uma atividade expositiva que é realizada com aprovação dos responsáveis do laboratório, pois a estrutura inicial do Parque antes da criação física é o atendimento ao público a partir dessa acessibilidade.

### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O museu tem se tornado um comunicador, o qual busca trabalhar a interação com a sociedade por meio das ações educativas, como expõe Valente (2005, p. 57) “O museu como uma instância educativa tem se mostrado favorável aos programas e procura atuar por meio de ações que incorporam as questões de articulação entre ciência, tecnologia e sociedade”. Neste sentido, vivenciamos a elaboração de exposições com o intuito de criarmos os novos ambientes expositivos no Parque da Ciência. O resultado possibilitou um trabalho conjunto com o Laboratório de Física da UFJ, que originou a **3º exposição de Física e Planetário** com o tema “Ciência e



tecnologia: pilares da cidadania” realizada no pátio da Riachuelo Regional Jataí para alunos das escolas públicas e privadas.

A ação educativa foi realizada no Município de Jataí, Caiapônia e Mineiros – ambas em Goiás. Em Jataí a exposição ocorreu entre os dias seis à dezessete de maio de 2019 e contou com a presença várias escolas nas três cidades. Contamos com a participação de aproximadamente seiscentos e setenta e seis alunos.

Durante esse período como participantes do projeto houve um grande avanço nas atividades em relação ao contato e conhecimento de laboratórios, também o entender de como se dá a exposição e os processos para sua realização. O foco foi a preparação, ou seja, estudo e coleta de dados, para a realização dessas atividades expositivas. Aprendizado realizado dentro do Museu Histórico de Jataí, não só com o contato com o acervo, também sobre como se deu a Universidade e sua importância no processo histórico de construção de conhecimento em Jataí – GO.

O projeto procurou atender a todas as escolas do município, entrando em contato e divulgando os trabalhos que foram realizados. Além de ser um meio de integrar a população e a universidade, ele agiu despertando o interesse de alunos de diversos cursos, o que colocou a Física em prática com seus experimentos interativos.

Outra questão importante que devemos relatar é o trabalho de pesquisa que realizamos no Museu Histórico de Jataí, aqui mencionado. Esse trabalho foi solicitado pela direção da Regional Jataí ao Parque da Ciência, na pessoa da professora Suely Lima de Assis Pinto (e as bolsistas PROBEC, PROVEC), duas professoras do curso de História (Claudia Graziela Lemes e Iara Toscano Correia) e a assessora da ASCOM, Estael de Lima Gonçalves, autoras da publicação. Essa pesquisa resultou no livro/catálogo sobre a história da UFG/UFJ em Jataí. **História, memórias e afetos: 40 anos de universidade Federal em Jataí.** Publicado em dezembro de 2018. Pesquisa que será transformada em exposição do Parque posteriormente.

## **6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Destaca-se a importância do projeto do Parque, pois o mesmo contribui com o conhecimento científico da sociedade, sendo o seu objetivo, como dissemos propiciar o acesso do público nos diferentes trabalhos realizados pelos laboratórios existentes na universidade, pois o conhecimento produzido pertence a todos e não apenas ao meio acadêmico. Desta forma, a ação educativa realizada pelo Laboratório de Física, aqui mencionado, contribuiu para desenvolver o ensino e aprendizagem dos alunos das escolas Municipais e Estaduais da cidade de Jataí e região em conjunto com o projeto do Parque da Ciência. Diante disso, houve um grande avanço nas atividades em relação ao contato e conhecimento dos laboratórios como também a compreensão de como se dá a exposição e os processos para sua realização.

Foi uma grande experiência perceber o interesse do público escolar pela ciência e tecnologia. Em continuidade desta bolsa PROBEC e PROVEC, pensamos em viabilizar novas exposições em parceria com os demais Laboratórios.

## REFERÊNCIAS

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus**, Coleção Estudos Museológicos. vol. 3, 2014. Acesso em: 01 maio 2019.

IBRAM, Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. In: **IBRAM**, portal Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/livro-gratuito-do-ibram-orienta-elaboracao-de-planos-museologicos/> 2016 < acesso em: 11 mar. 2019.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Os museus na era do virtual. In: “**Seminário Internacional Museus, ciência e tecnologia**”. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.

MESQUITA, Simone. Conservação e restauro de objetos arqueológicos práticas e desenvolvimento. In: “**Seminário Internacional “Museus, ciência e tecnologia**”. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.

TAGLE, Alberto. Objetivo Centrais da Investigação para a Conservação de Coleções e Patrimônio Cultural. In: “**Seminário Internacional “Museus, ciência e tecnologia**”. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. **O museu de Ciência: espaço da história da ciência. Ciênc. Educ.** (Bauru) [online]. 2005, vol.11, n.1, pp. 53-62. <acesso: 01 maio 2019.



GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.



## **IMPACTO DA INTERPROFISSIONALIDADE NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

CORDEIRO, ELLEN <sup>1</sup>; **BARBOSA**, Angélica <sup>2</sup>; ALMEIDA, Fernanda<sup>3</sup>; **SOUZA**,  
Thaynara<sup>4</sup>; **TACSY**, Yolanda<sup>5</sup>; **AGOSTINHO**, Patrícia<sup>6</sup>

**Palavras-chave:** Educação Interprofissional. Qualidade da Assistência à Saúde.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Diante do processo de transformação para prestação de assistência à saúde com maior excelência, inclui-se a vivência da interprofissionalidade como abordagem integral que qualifica os serviços de saúde prestados à individualidade do usuário. Assim, a educação interprofissional (EIP) promove a prática colaborativa que coloca o usuário como centro do processo de tratamento (OMS, 2010).

A literatura apresenta divergência entre os conceitos de atuação profissional em equipe, o que prejudica o desempenho e o entendimento acerca da atuação interprofissional, porém esse cenário pode ser modificado através de ações que promovam a EIP (Araújo et al, 2017).

Além do alinhamento sobre o conceito de interprofissionalidade, a EIP também visa o despertar para a nítida melhora de cuidados na assistência quando os pensamentos, conhecimentos e valores dos profissionais estão alinhados e direcionados ao usuário. (Pereira, 2018). Portanto, a divulgação de um relato de experiência sobre a atuação profissional enfocando a EIP pode incentivar em discentes e profissionais o desejo de viver esse modelo de excelência profissional.

---

Resumo revisado pelo orientador do projeto de extensão Diálogos sobre a interprofissionalidade em saúde Prof. Yolanda Tacsy, código: EV437-2019.

<sup>1</sup> Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PETSaúde). Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. ellen119@gmail.com

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PETSaúde). Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. angelicamarquesbarbosa@hotmail.com

<sup>3</sup> Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PETSaúde). Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. fernanda.heires@gmail.com

<sup>4</sup> Bolsista do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde (PETSaúde). Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí. [thaynaraacosta13@gmail.com](mailto:thaynaraacosta13@gmail.com)

<sup>5</sup> Professora Doutora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. Coordenadora Geral do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Professora (PETSaúde).

<sup>6</sup> Professora Doutora do Curso de Enfermagem da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. Tutora do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Professora (PETSaúde).

<sup>7</sup> Professora Doutora do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Goiás, Regional Jataí. Tutora do Programa de Educação pelo Trabalho para Saúde Professora (PETSaúde).



## **2 BASE TEÓRICA**

É inegável a relevância do trabalho em equipe e da centralidade do usuário na produção dos serviços de saúde para que se possa oferecê-los com maior qualidade. Nesse contexto, o processo de formação em saúde tem um papel importante no desenvolvimento de competências dos futuros profissionais da área, para que esses possam melhorar a dinâmica do trabalho em saúde, valorizando a colaboração entre os diferentes profissionais atuantes (OMS, 2010).

Ainda segundo a OMS, a EIP ocorre quando estudantes ou profissionais de dois ou mais cursos, ou núcleos profissionais, aprendem sobre os outros, com os outros e entre si. Faz-se o uso dela como pilar da interprofissionalidade, sobrepondo a preparação individual para a colaboração, o estímulo da colaboração entre o grupo e melhora dos serviços e da qualidade do cuidado (PEDUZZI et al., 2013).

Apesar disso, de acordo com Barr (2013), as propostas de EIP encontram resistências por parte dos docentes das universidades. O autor afirma que, para superá-las, são necessárias novas perspectivas nos processos de: ensino-aprendizagem, formação docente, suporte institucional, recursos financeiros e valorização do corpo docente.

Uma gama de métodos de aprendizagem tem sido adotada e adaptada da educação profissional para a educação interprofissional. Esses métodos devem ser acima de tudo ativos, interativos, reflexivos e centrados no paciente para que os objetivos da EIP possam ser alcançados (CAIPE, 2013).

A aprendizagem baseada em problemas tem sido introduzida a partir de modelos progressivos de educação médica (WHO, 1988) e defendidos por alguns como o método de aprendizagem interprofissional “preferido” (DAHLGREN, 2009). Já a baseada em simulação em laboratório é de introdução mais recente e já é utilizada pelo curso de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Jataí, no formato *Objective Structured Clinical Examination* (OSCE – Exame Clínico Objetivo Estruturado).

## **3 OBJETIVO GERAL**





Relatar como o conhecimento sobre EIP a partir do PET-Saúde Interprofissionalidade pode influenciar na atuação profissional.

#### **4 METODOLOGIA**

Trata-se um relato de experiência de 4 integrantes do Programa de Educação Tutorial – “PET-Saúde Interprofissionalidade”, acerca da influência da participação no mesmo sobre a atuação profissional e acadêmica, no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG) e do Hospital das Clínicas Dr. Serafim de Carvalho da cidade de Jataí em Goiás, entre os meses de abril e setembro de 2019.

As experiências sobre aplicação da EIP ocorreram na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), envolvendo as preceptoras da enfermagem e fisioterapia e os estagiários dos cursos da saúde participantes e não participantes do PET-Saúde Interprofissionalidade. Relatamos as vivências relacionadas com o real conhecimento sobre assistência prestada ao usuário como centro do processo e EIP.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Em dezembro de 2018, alunos de diversos cursos da área da saúde da Universidade Federal de Goiás e preceptores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde de Jataí, foram aprovados em processo seletivo para atuação no programa. Foram divididos em subgrupos dentro do PET-Saúde Interprofissionalidade, garantindo a composição por diferentes cursos/profissões da área da saúde.

As atividades iniciaram em abril no ano de 2019 tendo como objetivo principal a EIP com foco em alguns eixos de trabalho: alinhamento conceitual sobre a interprofissionalidade em saúde; diagnóstico situacional dos currículos dos cursos da área da saúde, verificando a sua aproximação com a abordagem interprofissional; diagnóstico situacional dos cenários de prática na rede de saúde; sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da EIP; desenvolvimento de estratégias para aprendizagem por meio de metodologias ativas e divulgação permanente das ações executadas.

Seguindo os eixos, atividades foram desenvolvidas, como a construção de portfólio individual para familiarizar com o real significado dos termos e os conceitos



relacionados com a EIP, despertando em nós um novo olhar voltado para a assistência integral ao usuário. Para interligar os conceitos, foram elaborados mapas conceituais individuais, para posterior discussão em grupos. Além disso, foram realizadas visitas técnicas nas unidades básicas de saúde com o objetivo de observar o acolhimento na atenção primária, modo proposto para associar a teoria com a atuação profissional.

É importante ressaltar que a visualização da atuação profissional nos fez refletir sobre como a EIP vem acontecendo e como poderíamos contribuir para melhorar o cenário da prática colaborativa. Outra atividade, o evento “Diálogos sobre a EIP” somou consideravelmente para integrar conhecimentos de profissionais de diferentes áreas instigando a realização da execução da EIP nos ambientes de trabalho, estágio e na área da formação acadêmica.

Em vista dos vários momentos na prática profissional, nós preceptoras da enfermagem e da fisioterapia da UTI conduzimos nossos cuidados tendo o paciente como o centro, incluindo também outros profissionais para abordagem integral do usuário. No acompanhamento rotineiro dos estagiários foi possível promover a interação e discussão entre os estudantes das áreas de enfermagem, fisioterapia e medicina, o que demonstra a contribuição enriquecedora para a formação desses futuros profissionais.

Além disso, vale exemplificar o fato de que estagiários e preceptores envolvidos com o PET Saúde, experimentaram em diversos momentos integrar uma só avaliação ao usuário, para que ele não fosse submetido várias vezes ao mesmo procedimento, como por exemplo, o de aferição da pressão arterial sistêmica, leitura de temperatura corporal e ausculta pulmonar.

## **6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Participar do PET Saúde com foco na EIP tornou-se uma oportunidade ímpar para o desenvolvimento e capacitação de discentes e de profissionais envolvidos com a preceptoria na saúde. Esse é sem dúvida um dos passos iniciais para a construção de um novo modelo de assistência à saúde que visa o cuidado centrado no usuário, podendo assim alcançar excelência na assistência à saúde.



O conhecimento sobre a EIP despertou a importância de seguir esse modelo de atuação. Se não existir a promoção do real significado da EIP, consequentemente não existirá prática eficaz que resulte em excelência no cuidado centrado ao usuário. Desse modo, é necessário levar ao conhecimento dos graduandos e dos profissionais a diferenciação conceitual entre os termos relacionados aos cuidados prestados por vários profissionais ao mesmo usuário, e em seguida, fazê-los experimentar a vivência de discussões e reuniões interprofissionais. Portanto, as experiências vivenciadas até o momento, sugerem que o processo é lento, porém valioso e com tendência a um crescimento garantido.

Nesse sentido, a estratégia de exigir de todos os discentes, da área da saúde, o domínio do tema EIP, sugere que a prática profissional em um futuro próximo será mais enriquecedora e eficiente. Portanto, a EIP deve ser incentivada para que o maior número de discentes alcancem esse conhecimento e futura vivência, tratando com excelência o usuário.

## REFERÊNCIAS

Araújo, T. et al. Multiprofissionalidade e interprofissionalidade em uma residência hospitalar: o olhar de residentes e preceptores. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online]. v. 21, n. 62, pp. 601-613, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-57622016.0295>>. Acesso em: 19 set. 2019

Barr, H., Helme, M. & D'Avray, L. Developing interprofessional education in health and social care courses in the United Kingdom. Paper 12. The Higher Education Academy: Health Sciences and Practice; 2011. Disponível em: <[www.health.heacademy.ac.uk](http://www.health.heacademy.ac.uk)>. Acesso em: 18 set. 2019

Barr H. Interprofessional education: the genesis of a global movement [Internet]. London: CAIPE; 2015. Disponível em: <<https://www.caipe.org.uk>>. Acesso em: 19 set. 2019

Barr, H. Towards a Theoretical Framework for Interprofessional Education. *Journal of Interprofessional Care* 27 (2), 4-9. 2013



Centre for the Advancement of Interprofessional Education. Defining IPE [Internet]. Fareham: CAIPE; 2002. Disponível em: <<http://www.caipe.org.uk/>>. Acesso em: 18 set. 2019

Cecílio, L. As necessidades de saúde como conceito estruturante na luta pela integralidade e equidade na atuação em saúde. In Pinheiro R, Mattos RA, organizadores. Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde. Rio de Janeiro: UERJ, IMS, ABRASCO; 2006. p. 117-30.

Canadian Interprofessional Health Collaborative (CIHC) [Internet] 2019. Disponível em: <<http://www.cihc.ca/>>. Acesso em: 19 set. 2019

CAIPE; BARR, H.; LOW, H. Introducing Interprofessional Education. United Kingdom: Center for The Advancement of Interprofessional Education - CAIPE, 2013. Disponível em: <<http://www.caipe.org.uk/>> Acesso em: 19 set. 2019

Low, H. & Stone, J. Using Workshops as a tool to deliver interprofessional learning. Journal of Practice Teaching and Learning 9 (3), 26-46. 2009

Organização Mundial da Saúde. Marco para ação em educação interprofissional e prática colaborativa. Genebra: OMS; 2010. Disponível em: <<http://new.paho.org/bra>>. Acesso em: 19 set. 2019

Peduzzi, M., Norman, I., Germani, A., Silva, J., & Souza, G. Interprofessional education: training for healthcare professionals for teamwork focusing on users. Revista Da Escola De Enfermagem Da USP, 47(4), 977-983. 2013

Pereira, M. Interprofissionalidade e saúde: conexões e fronteiras em transformação. Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 22, n. Suppl 2, pp. 1753-1756. 2018.

Wilcock, P., Champion-Smith, C. & Elston, S. Practice development planning: A guide for primary care. Abingdon: Radcliffe Medical. 2003

World Health Organization. Learning Together to Work Together for Health. Report of a WHO StudyGroup on Multiprofessional Education for Health Personnel: The Team Approach. Technical Report Series769:1 – 72. Geneva: World Health Organization. 1988



## **Promotoras Legais Populares Libertárias/ Jataí: uma experiência de extensão<sup>1</sup>**

**SCHONARTH**, Emily<sup>2</sup>; **MAMEDE**, Renata<sup>3</sup>; **MARTINS**, Beatriz<sup>4</sup>; **SILVA**, Janaina<sup>5</sup>;  
**FORTES**, Rafaela<sup>6</sup>, **DAVI**, Thaynara<sup>7</sup>; **DE PAULA**, Helga<sup>8</sup>

**Palavras-chave:** Promotoras Legais Populares. Extensão. Gênero.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Promotoras Legais Populares trata-se de um projeto já consolidado em todo o Brasil, com uma perspectiva de igualdade de direitos entre gênero, raça e classe. Consiste na formação de mulheres que lutam pelos direitos humanos e combatem a discriminação e opressão, atuando de forma a levar o conhecimento dos direitos e do acesso a justiça. Sua prática se dá por meio dos cursos oferecidos para diversas mulheres, e possui frentes de atuação, tais como a promoção de debates e seminários, apoio e organização de campanhas que fortaleçam o direito das mulheres, acompanhamento de casos e trabalhos práticos, além de ser o primeiro movimento que pediu por um Juizado Especial para os Crimes de Violência de Gênero.

Baseado nessa perspectivas, na cidade de Jataí, Goiás, contamos com o projeto de extensão “Promotoras Legais Populares Libertárias” que abordam, em suas atividades de estudos e pesquisas a questão de gênero e seus imbrincamentos

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo coordenador do projeto de extensão e cultura, Prof. Helga Martins de Paula, código PJ294-2019.

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Psicologia. emilly\_schonarth@hotmail.com

<sup>3</sup> Voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Psicologia. renatammamede@hotmail.com

<sup>4</sup> Voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Direito. bemartins109@gmail.com

<sup>5</sup> Voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Química. jana.costa2299@gmail.com

<sup>6</sup> Voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Psicologia. rafaelagianoti@gmail.com

<sup>7</sup> Voluntária do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Direito. Thaynara\_55\_55@hotmail.com

<sup>8</sup> Professora Doutora da Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenadora do projeto de extensão. helgamartinsdepaula@gmail.com



sociais a partir da perspectiva da luta e resistência das mulheres. O grupo iniciou suas atividades de organização no primeiro semestre de 2018, sob a coordenação da professora do curso de direito da UFG Jataí, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Helga Martins de Paula e integram nesse projeto professoras e estudantes de diferentes cursos, técnicas-administrativas, e comunidade acadêmica no geral. Possui como premissa um debate sobre as opressões históricas sofridas pela mulher a partir de uma ótica baseada na tríade raça, classe e gênero, para que essas discussões sirvam como motriz de uma atuação na prática extensionista.

Partindo do princípio de que uma prática não existe sem teoria, o grupo realizou formações com uma literatura incluindo nomes como o de Paulo Freire, Angela Davis e Heleieth Saffioti. Esses momentos serviram para discutir como possuir uma abordagem mais didática e não menos política com a população, quais são as definições de violência de gênero e como discutir esses temas sem excluir raça e classe. Pautadas nesses pilares de conhecimentos, há a atuação em diversas frentes específicas, sendo uma delas as visitas que ocorreram a mulheres em situação de cárcere, proporcionando a troca de saberes e experiências, levando arte, diálogos e conhecimento dos seus direitos para as mesmas.

Atualmente, o grupo decidiu focar em formações internas e atividades envolvendo escolas, como o Colégio Estadual Frei Domingos e Tom Jobim. Neste primeiro colégio, realizaram atividades voltadas, em um primeiro momento, para estudantes do sexo feminino. Lá abordaram assuntos como empoderamento feminino, o que significa ser mulher atualmente, direito das mulheres, violências e relacionamentos. Em um segundo momento, com turmas de público misto, se utilizou de recursos musicais para abordarem as violências domésticas tipificadas na Lei Maria da Penha.

Possuem também parceria com o CRAS e com o fórum, onde mensalmente são organizadas atividades e rodas de conversas sobre assuntos que perpassam a existência da mulher. Com encontros no bairro Cidade Jardim II, os seguintes temas são discutidos: Direito das Mulheres, Saúde e Sexualidade, Maternidade, Mulheres no Trabalho e Violências contra as Mulheres. Sempre objetivando a escuta e a troca



de saberes, de forma que todos e todas se sintam a vontade para que possam falar e serem ouvidas.

Sendo assim, nosso intuito é sempre levar o debate bem fundamentado para a população, especialmente mulheres, pensando no contexto histórico pelo qual existimos e resistimos, trabalhando questões que são inerentes ao ser mulher. Partimos de uma extensão feminista, na tentativa de causar impactos para a conscientização de estudantes, funcionárias (técnicas, terceirizadas e docentes) da Universidade, e a comunidade externa envolvida.

## **2 BASE TEÓRICA**

As “Promotoras Legais Populares Libertárias” se consolidam enquanto um projeto de Extensão Popular, que se diferencia por uma resistência a um modelo corporativista e seu engajamento para que a Universidade produza conhecimentos emancipatórios. No ponto de vista de uma universidade-empresa, a extensão popular é vista com improdutiva, pois não há lucro e nem relações de consumo. Entretanto, existem relações de solidariedade e troca de saberes com mudanças concretas nas realidades pela qual perpassa. (NARDI, FONSECA & COSTA, 2014). Portanto, o sentido de utilizar dessa prática enquanto premissa é também a quebra do conhecimento hierárquico universitário, como se apenas este tivesse valor, e o reconhecimento de todos os saberes que ouvimos e compartilhamos ao longo das práticas extensionistas.

Para Paulo Freire (1999), um grande referencial teórico para o projeto, o existir é individual, mas só se realiza em função de outros “existires”. Ou seja, o diálogo, o afeto e a interação são partes constituintes dos seres humanos em suas formas de existir. Daí a necessidade de uma prática humanitária e empática, que insere o sujeito em um contexto e em uma história. Ainda para o mesmo autor, “o que se sente, dia a dia, é o homem simples esmagado, diminuído e acomodado, convertido em espectador” (SILVA, p. 181, 2000). Realidade essa ainda atual, na qual o autor sempre referencia uma principal arma: a educação. Se tratando do projeto, utiliza-se também de uma educação popular feminista. Sobre a educação popular, a qual Freire se refere como libertadora, está a necessidade de oprimidos não se sentirem culpados por situações de exclusão e violência (CHAVES, 2014).





Na educação popular feminista, parte-se do princípio que a educação popular necessita ser contra-hegemônico e, portanto, feminista, no sentido de buscar a liberdade dos seres humanos a partir da igualdade de direitos entre os gêneros (CHAVES, 2014).

Além dos conceitos citados, contamos com uma vasta gama de autores que trabalham desde questões de direitos até violência de gênero, objetivando uma maior gama de conhecimentos. Não se pretende jamais utilizar esses conhecimentos teóricos como instrumento de poder em relação ao outro e nem se ter uma prática assistencialista; pelo contrário, o que se deseja é uma troca de conhecimento horizontal e emancipadora.

### **3 OBJETIVOS**

Tem como objetivo promover uma autonomia à mulher por meio dos conhecimentos de seus direitos, das leis e de mecanismos jurídicos, tornando-as capazes de tomar iniciativas e decisões para gerar acesso à justiça e a defesa dos direitos humanos.

Seguindo uma metodologia da extensão popular e feminista, trocar conhecimentos e experiências a cerca do que é ser mulher e suas implicações e refletir a partir de um contexto cultural as opressões sofridas por este grupo.

A partir de rodas de conversas e debates, trabalhar o empoderamento feminino e promover a mudança de pensamentos e práticas que cercam uma lógica machista e opressora.

### **4 METODOLOGIA**

Este trabalho de extensão foi desenvolvido por extensionistas do Curso de Psicologia, Química, Direito e Pedagogia, além de Técnicas e Professoras da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, sendo que algumas ações contaram com o apoio da Prefeitura de Jataí. O grupo atuou em três ações relacionadas, sendo elas grupos com mulheres em situação de violência, atividades com membros do CRAS que residiam no bairro Cidade Jardim 2, além de ter frequentado escolas municipais e particulares para reflexões sobre estereótipos de gênero, construção do feminino e violências contra a mulher.





O método utilizado em todas as ações foi permeado por conceitos da educação popular, que visa uma comunicação acessível e é contrária a medidas assistencialistas, por tentar estabelecer uma relação horizontal em que todos os membros são parte ativa do grupo. As Promotoras Legais Populares de Jataí buscam, portanto, possibilitar um espaço no qual os propósitos se moldem pelo contorno da relação do grupo com as extensionistas

Os grupos com os integrantes do CRAS no Cidade Jardim 2, assim como o grupo com mulheres que já denunciaram uma situação de violência dentro do Fórum de Jataí, ocorreram, e ainda ocorrerão, mensalmente do mês de Agosto até Dezembro de 2020. Os grupos no Cidade Jardim 2 ocorrem em parceria com a Prefeitura em um espaço aberto no próprio bairro, onde são disponibilizados materiais e cuidadores para crianças. Cerca de 40 membros das famílias assistidas pelo CRAS participam dos encontros onde temas sobre saúde e sexualidade feminina, assim como direitos das mulheres, foram abordados. Nos grupos com as mulheres em situação de violência, que ocorreram na mesma frequência em uma quarta e um sábado vespertino na Universidade Federal de Goiás - Campus Jataí, não tiveram adesão conclusiva, entretanto, os temas trabalhados são os mesmos em ambos os grupos.

O trabalho do Projeto dentro das escolas Frei Domingos e Professor Jobim, foram encontros pontuais nos quais o grupo conseguiu proporcionar um espaço de diálogo para os alunos de ensino médio presentes, assim como incentivar reflexões sobre gênero e o papel da mulher na sociedade. Além disso, discutiu-se questões que permeiam a violência contra mulher, enfatizando-se os tipos de violências prescritos na Lei Maria da Penha.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Percebeu-se, durante os encontros, que as extensionistas conseguiram estabelecer uma relação de confiança nos diferentes espaços que frequentaram, além de terem suscitado reflexões acerca dos estereótipos de gênero atribuídos a mulher, além das violências que a permeiam. No meio de uma sociedade patriarcal, torna-se necessário incentivar uma discriminação no que diz respeito a sua história



individual e o que é produto da condição feminina, além de uma orientação objetiva sobre os seus direitos.

O projeto, portanto, possibilitou o empoderamento das mulheres, a socialização de conhecimentos populares advindos de suas próprias experiências e da vida cotidiana, em uma tentativa de reconhecer não apenas o que é dito, mas a razão pela qual é dito e quais seriam as semelhanças das opressões compartilhadas pelo grupo. Esta socialização sendo combinada com a dos acúmulos históricos das lutas das mulheres e suas conquistas legais e em termos de políticas públicas, pode gerar um fortalecimento coletivo.

Assim como as mulheres, homens, alunas e alunos, as integrantes do projeto também aprenderam muito com as discussões, que suscitaram a elas reflexões sobre a supervalorização do conhecimento acadêmico dentro da universidade, sendo que o conhecimento empírico, assim como o saber ouvir, são essenciais para a formação de profissionais humanos.

## **6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Talvez seja prepotência afirmar que se conseguiu por vias de fato gerar mudanças, entretanto, ao abordar temas que se referem ao direito e a existência da mulher, permitimos reflexões acerca da sociedade em que vivemos e pensamos formas de como enfrentar essas violências que sofremos cotidianamente. Com os espaços que ocupamos, desde a Universidade até bairros periféricos, proporcionamos uma extensão inclusiva e voltada para as demandas da sociedade, sempre visualizando o coletivo e o social.

O projeto como um todo acredita em suas bases teóricas como o caminho certo para a tentativa de mudanças e não deixar de ser político. Através do conhecimento acerca dos seus direitos, conseguimos facilitar o processo de autonomia da mulher e reforçar sua liberdade de escolha. Com as discussões realizadas, consegue-se mais do que nunca perceber a lógica patriarcal a qual estamos inseridas e tentar subvertê-la.



O grupo Promotoras Legais Populares ainda se trata de um projeto em formação, que consolida e cresce com o tempo, mas já é visível o potencial transformador na vida das mulheres da região.

## REFERÊNCIAS

CHAVES, Fabiana. Educação Popular Feminista Para A Transformação Social: A Experiência Da Ufac. **Periódicos Universidade Federal Rural de Pernambuco**. 2014. Disponível em: <

<http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/1966/633>>

Acesso em: 18 set. 2019

DAVIS, Angela Yvonne. Mulher, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

CAMPOS, Carmen Hein. Violência de gênero e o novo sujeito do feminismo criminológico. In: FAZENDO GÊNERO, 2010, Florianópolis. **Anais [...]**. [S. l.: s. n.], 2010.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SILVA, Edvaneide Barbosa. Educação como prática da liberdade. Revista **Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 14, p. 180-186, mai/jun/jul/ago, 2000.

UNIÃO DE MULHERES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. **Promotoras Legais Populares**. Quem somos? Disponível em: <

<http://promotoraslegaispopulares.org.br/quem-somos/>> Acesso em: 19 set. 2019



## **CAPACITAÇÃO E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROJETOS AGRÍCOLAS NO AUTOCAD<sup>1</sup>**

**BOLINA**, Cecília de Castro<sup>2</sup>; **FREITAS**, Micael Silva de<sup>3</sup>; **SILVA**, Gean Balduino da<sup>3</sup>;  
**FREITAS**, Lucas Bispo de<sup>3</sup>; **VILELA**, Valdinei Junio Brito<sup>3</sup>; **COSTA**, Marcelo  
Marques<sup>4</sup>

**Palavras-chave:** Desenho. Agricultura. Software.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Empresas de diversos setores tais como as do segmento agrícola utilizam a ferramenta CAD na implantação de vários processos. Por longos anos o ensino do desenho foi feito por meio do uso de instrumentos sendo direcionado para fortalecer o traçado do profissional. Para maior inclusão dos alunos e profissionais com dificuldades cognitivas e/ou motoras o AutoCAD auxilia bastante.

Alunos e professores da UFG Regional Jataí desenvolvem projetos completamente à mão, mas, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) não aprova mais esse tipo de projeto. Em algumas Universidades a disciplina de Desenho Técnico é desenvolvida das duas formas tradicional e com o uso de ferramentas CAD já em outras somente de forma manual. Turmas que se formaram em Ciências Agrárias ou afins até 2016 na Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí não teve vivência de projetos no ambiente CAD. Portanto, quando precisam projetar para as disciplinas de Construções Rurais, Irrigação e Drenagem, os alunos sentem grandes dificuldades por estarem aptos a desenhar a mão e não na ferramenta computacional.

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo coordenador do projeto de extensão e cultura, Profa. Cecília de Castro Bolina, código PJ911-2018.

<sup>2</sup> Orientadora. Professora do curso de Agronomia/UFG - Jataí. E-mail: ceciliabolina@ufg.br;

<sup>3</sup> Acadêmicos dos cursos de Engenharia Florestal e Agronomia UFG- Jataí. E-mails: micaelfreitassilva@gmail.com; gean.ufg@gmail.com; lucasfreitasg45@gmail.com; valdinei.brito.vilela@gmail.com;

<sup>4</sup> Professor do curso de Agronomia/UFG - Jataí. E-mail: marcelo.marques.costa@gmail.com



Nessa mesma linha segue alguns professores da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí que aprenderam tão somente a projetar utilizando os instrumentos tradicionais de Desenho Técnico. Com a evolução dos projetos, desenhos manuais foram substituídos pelo AutoCAD, uma vez que o programa agiliza as alterações nos projetos, como a leitura dos desenhos e traz confiabilidade de informações. Por isso, dominar o AutoCAD é essencial, para professores, acadêmicos e a comunidade em geral que quer, desde cedo, encontrar seu lugar no mercado de trabalho e realizar projetos mais realistas e com maior grau de confiabilidade.

## **2 BASE TEÓRICA**

O Software AutoCAD foi desenvolvido e comercializado pela Autodesk Inc. desde 1982. É um programa que é utilizado por profissionais das mais diversas áreas sendo mais comuns, os de Engenharia e Arquitetura. Os softwares CAD oferecem aos profissionais subsídios para a melhoria contínua do desenvolvimento de projetos e um planejamento de tempo mais eficiente em concordâncias com as necessidades mercadológicas (PALHACI et al., 2007; PAIÃO, 2011).

O uso da ferramenta da CAD proporcionou a evolução da indústria de projetos, aumentando produtividade dos profissionais e reduzindo drasticamente as chances de erros. O AutoCAD é um software que pode ser utilizado tanto na elaboração de desenhos técnicos em 2D, quanto na criação de projetos tridimensionais, em 3D (SILVA, 2017).

## **3 OBJETIVOS**

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a ação do mini curso de vinculado a projetos agrícolas no ambiente CAD. Para a consecução desse objetivo, foram delineados os seguintes objetivos específicos: Estimular troca de saberes e de vivências entre o público alvo e os pesquisadores por meio de relatos de experiências. Promover o conhecimento das ferramentas CAD em projetos agrícolas, sobretudo, de Construções rurais, Irrigação e Drenagem.



#### **4 METODOLOGIA**

Em um primeiro momento, a ação de extensão foi divulgada para o público alvo por meio de comunicação, instagram, facebook e outros. No primeiro dia de mini curso foram realizadas rodas de conversas para estabelecer maior envolvimento entre os participantes. Em contatos posteriores foram realizados projetos agrícolas tais como de Construções Rurais utilizando a ferramenta AutoCAD. Os projetos elaborados foram baseados na roda de conversa de forma a refletirem a rotina e a vivência do público alvo do projeto de forma a ocorrer troca de saberes entre todos os agentes participantes do processo. Os participantes foram avaliados de acordo com sua evolução a partir dos projetos desenvolvidos. Mas, a avaliação não possuía nenhum caráter de reprovação, por se tratar de um mini curso para desenvolver habilidades e trocas de saberes entre os integrantes do processo.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Na Figura 1 tem-se o início aperfeiçoamento de acadêmicos das Ciências Agrárias e afins, bem como a qualificação da comunidade em geral confeccionado projetos agrícolas com o programa AutoCAD.



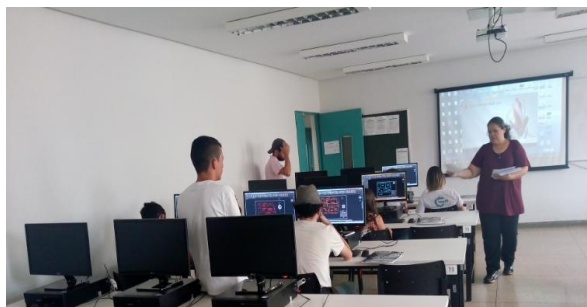
**Figura 1. Ação de extensão no Labitec.**

Na Figura 2 é apresentada a ação de extensão onde foi ministrado em dois dias o mini curso de AutoCAD pelos bolsistas voluntários integrantes do projeto e a





professora coordenadora do projeto de extensão. Esta ação proporcionou troca de saberes entre a comunidade e os acadêmicos inseridos no projeto de extensão.



**Figura 2. Desenvolvimento de projetos no AutoCAD durante os dias da ação.**

Na Figura 3 tem-se o desenvolvimento de projetos pelos participantes da ação. Destaca-se que mais de 50% dos participantes nunca tinha tido contato com nenhum aplicativo CAD.



**Figura 3. Desenvolvimento de projetos no AutoCAD no Primeiro dia de ação.**

Na Figura 4 têm-se os integrantes da ação dos mais variados cursos recebendo orientações individualizadas dos bolsistas do projeto de extensão. No segundo dia da ação a comunidade fez as atividades sozinhas para verificação do aprendizado do primeiro dia.



**Figura 4. Interação de estudantes de diferentes áreas do conhecimento.**

A maior dificuldade encontrada durante a ação de projeto foi em função da falta de comprometimento do público interessado uma vez que o evento ocorreu em meados de feriado. As inscrições foram feitas de forma antecipada. Em torno de 20 pessoas estavam confirmadas na ação. Foram disponibilizadas 30 vagas para o treinamento em uma sala ampla e devidamente climatizada do Campus Jatobá com lanche durante os dois dias de ação.

## **6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o mini curso na ação de extensão ministrado conseguiu-se o aperfeiçoamento de acadêmicos das Ciências Agrárias e afins bem como a qualificação dos demais interessados em realizar projetos agrícolas com o programa AutoCAD aferidas por meio de criação de projetos no ambiente CAD.





## REFERÊNCIAS

PAIÃO, Raísa Fernanda. Ensino de geometria plana com auxílio do software AutoCAD. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA – Assis, 2011. p. 37.

PALHACI, Maria do Carmo Jampaulo Plácido; DEGANUTTI, Roberto; ROSSI, Marco Antônio. Comparação: Solid Edge, AutoCAD ou Prancheta para os cursos de Engenharia? Graphica. Curitiba-Paraná, 2007.

SILVA, Álisson Sousa da. Utilização do Software AutoCAD como Instrumento Didático para a Formação Acadêmica no Ensino de Engenharia. VII Congresso Brasileiro de Engenharia de Produção. Ponta Grossa-PR, 2017.



## **CONSTRUINDO UMA REDE DE CUIDADOS PARA SUJEITOS EM SITUAÇÃO DE RUA DE JATAÍ – GOIÁS<sup>1</sup>**

**OLIVEIRA**, Igor Alexandre de Souza<sup>2</sup>, **VIEIRA**, Érico Douglas<sup>3</sup>.

**Palavras-chaves:** Plantão Psicológico, Psicodrama, Clínica Ampliada.

### **1) INTRODUÇÃO**

Este projeto teve como ideia principal possibilitar novos conhecimentos acerca do Plantão Psicológico fundamentado no Psicodrama, bem como novas práticas clínicas diversas das já tradicionais. O foco era possibilitar uma experiência clínica com pessoas em situação de rua, trazendo uma prática diferenciada aos estudantes do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí. Os referenciais da Clínica Ampliada adotados possibilitaram aos plantonistas uma visão mais clara sobre algumas práticas assistencialistas e higienistas utilizadas na cidade de Jataí. Desta forma, buscamos uma escuta clínica com saberes novos para rompermos com estas práticas, estando em contato com diversas formas de existência. Os extensionistas do projeto conseguiram validar as demandas trazidas pelos usuários e, assim, observar as problemáticas de cada usuário presente na instituição onde as intervenções ocorreram. O Nosso Lar - Casa de Apoio trata-se de um estabelecimento filantrópico, dirigido por pessoas ligadas a instituições religiosas, que presta cuidados como alimentação (café da manhã e

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo coordenador do projeto "Construindo uma rede de cuidados para sujeitos em situação de rua de Jataí-GO" - Érico Douglas Vieira, código Proec - PJ267-2018

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas e Letras. alexandre-oliveira@live.com

<sup>3</sup> Professor Doutor da Unidade Acadêmica Especial de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal de Goiás (UFG), coordenador do projeto de extensão. ericopsi@yahoo.com.br



almoço), local para higienização pessoal e estrutura para higienização de roupas, fornecimento de roupas e sapatos e realização de palestras educativas. O público-alvo é constituído por moradores de rua, andarilhos, "trecheiros" (pessoas que percorrem trechos, de cidade em cidade) desempregados e trabalhadores precarizados como garis. A equipe ofertou atendimentos psicológicos do tipo Plantão Psicológico, de segunda a sexta, de 10:00 às 12:00, horário de maior circulação no estabelecimento. Além do acolhimento, o plantão psicológico é um tipo de escuta que amplia a clínica psicológica por ser uma modalidade inserida em instituições ou nas comunidades.

O projeto contou com atividades como supervisões semanais, estudos teóricos sobre o Psicodrama e o Plantão Psicológico, atendimentos psicológicos em formato de Plantão, diários de campo das sessões, reuniões e planejamento sobre sessões de teatro do oprimido, reuniões para criação de políticas públicas efetivas voltadas para pessoas em situação de rua, entrevistas semiestruturadas com a população de rua de Jataí e o grupo terapêutico semanal com os usuários do Nosso Lar.

## 2) **BASE TEÓRICA**

A invisibilidade da população de rua nas cidades se reflete na escassez de políticas públicas para estes grupos. O processo de invisibilidade se dá cotidianamente nos espaços urbanos através de atitudes de fingir não ver ou de uma cegueira seletiva atestando que algumas vidas valem mais do que outras (DELFIN; ALMEIDA; IMBRIZI, 2017). No âmbito nacional, as políticas públicas para a população de rua iniciaram tardiamente no Brasil, apesar de haver tido movimentos em defesa de moradores de rua a partir da década de 1970 em alguns municípios de grande porte (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Rua aponta a heterogeneidade dos sujeitos com trajetória de rua, como se pode perceber na definição: "Considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou



permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória" (BRASÍLIA, 2009). Os sujeitos que estão em situação de rua compõem um panorama diversificado de formas existenciais e relacionais, diferentes maneiras de relação com a cidade e com a vida.

O Plantão Psicológico refere-se a uma forma de atendimento psicológico na qual o psicoterapeuta fica disponível, em plantão, em determinada instituição disponível para receber em seu consultório os usuários. Trata-se de uma modalidade de atendimento clínico reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia, diferenciada da psicoterapia pelo estabelecimento do foco na emergência psicológica. Não se trata de um atendimento com menos valor do que a psicoterapia, mas que possui suas especificidades. O atendimento é potencializado por ser oferecido no momento da necessidade.

### 3) **OBJETIVOS**

Promoção de um espaço de debate entre os representantes da instituição, os líderes do movimento de população de rua e os representantes da prefeitura municipal de Jataí.

Promoção de atendimentos psicológicos no formato de Plantão Psicológico.

Realização de supervisões semanais para análises dos casos clínicos.

Realização de estudos teóricos sobre o Teatro do Oprimido.

### 4) **METODOLOGIA**

O projeto foi realizado por meio de uma pesquisa introdutória sobre o Psicodrama e o Plantão Psicológico. Após o embasamento teórico concluído, foram iniciados os atendimentos psicológicos no formato de plantão com o intuito de atender as demandas dos usuários do Nosso Lar e assim criar um ambiente acolhedor, compreendendo e validando todas as demandas. Estes atendimentos foram registrados por meio de diários de campo.

Foram realizadas entrevistas descritivas qualitativas com pessoas em situação de rua da cidade de Jataí - Goiás para obtenção de dados.

Há uma cultura no município que nega a existências de pessoas em situação de rua, sendo uma prática higienista bastante comum em algumas cidades. Este



silenciamento acaba por deslegitimar vidas. Para que algumas barreiras sejam quebradas e estas pessoas sejam recoladas aos olhos da sociedade e tenham o mínimo de acolhimento, os participantes do projeto realizaram atendimentos em formato de Plantão Psicológico na instituição Nosso Lar.

As entrevistas semi estruturadas se deram entre agosto e dezembro de 2018, com a realização de 28 entrevistas com moradores e pessoas em situação de rua. Estas entrevistas aconteceram nos turnos matutino, vespertino e noturno, em locais públicos, tais como praças, igrejas, feiras, ruas. Alguns aspectos chamaram atenção do bolsista, pois a maioria dos entrevistados tinham vínculos interrompidos com a família, eram dependentes químicos, não utilizavam de meios de prevenção para realização de relações sexuais e não realizavam consultas médicas.

Um das informações mais recorrentes dos entrevistados foi referente à violência na rua, pois todos os entrevistados sofreram algum tipo de violência, tanto repressão policial, como violências de pessoas comuns. Nesse caso, os agressores geralmente eram pessoas de classe média.

Foi perceptível através das entrevistas que o clima é um fator que causa desconforto na população de rua, principalmente nas estações de verão e inverno. As práticas assistencialistas têm sua importância. As campanhas de agasalhos, oferta de alimentação, são cuidados importantes, mas é preciso que se construam políticas públicas específicas para que os direitos desta população sejam assegurados. Com a garantia de direitos, esta população poderá ter acesso à alimentação, higiene, cuidados da saúde, capacitação e conscientização, dentre outras ações.

## 5) **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No espaço de acolhimento que ofertamos, foram narrados vários episódios cotidianos em que se sentiram desqualificados e desprezados quando interagiam com pessoas de outras classes sociais. Humilhações em espaços públicos, discriminações sofridas ou sofrimento diante da percepção de si como invisível, produzem desumanização e reações que vão desde a interiorização do senso de inferioridade até um sentimento difuso de ódio e revolta.



As práticas clínicas com sujeitos de classes populares convocaram o plantonista a repensar a clínica tradicional, ampliando conceitos e buscando inventar novas intervenções. A ideia de subjetividade universal e sua desconexão com as questões históricas e sociais recebida na formação tradicional em Psicologia, como associada somente a aspectos individuais e familiares, é repensada e articulada com questões de poder e de pertencimento de classe. Os plantonistas buscaram se abrir para o contato com diversas formas de existência e de arranjos subjetivos, buscando estabelecer uma relação potencializadora para a promoção da autonomia.

## 6) CONCLUSÃO

No trabalho clínico com sujeitos excluídos, percebe-se a necessidade de sustentar a complexidade presente nos sofrimentos, perseguindo não só suas questões subjetivas, mas também a produção social e histórica de suas vulnerabilidades que, sem dúvida, os atravessam subjetivamente. A clínica ampliada deve manter uma relação de intercessão entre a subjetividade e a sociedade para contribuirmos com posturas mais inventivas na clínica, como a própria realidade vem nos demandando.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasília, DF: **Presidência da República**, 2009.

DELFIN, Lucas; ALMEIDA, Lara Aparecida Machado de; IMBRIZI, Jaqueline Maria. **A rua como palco: arte e (in)visibilidade social**. Psicologia & Sociedade, v. 29, n. 01, p. 1-10, 2017.



## **CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE TÉCNICOS E AGRICULTORES NO USO DO PENETRÔMETRO DIGITAL COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO DA COMPACTAÇÃO DO SOLO EM AGROSSISTEMAS CANAVIEIROS<sup>1</sup>**

**REIS**, Jefferson Soares<sup>2</sup>; **IORI**, Piero<sup>3</sup>; **TOFFOLO**, Mariana Stella<sup>4</sup>; **RODRIGUES**, Mariana Moraes<sup>4</sup>; **VILELA**, Valdinei Junio Brito<sup>4</sup>; **FERREIRA**, Maria Eduarda<sup>5</sup>

**Palavras-chaves:** Degradação do solo. Estrutura do solo. Solos Compactados.

### **INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Em busca de altas produtividades e visando um rendimento operacional cada vez melhor, observa-se diversas tecnologias no campo, principalmente o uso de máquinas e implementos cada vez maiores em todas as etapas do processo produtivo. Porém, com o advento desta tecnologia, o uso de máquinas no campo não está isenta de causar malefícios aos solos. E a razão disso é devido as operações de manejo serem realizadas sobre condições inadequadas de umidade do solo ao tráfego agrícola, e como resultado tem-se observado a compactação do solo.

A compactação do solo é a redução no volume de poros, aumentando a densidade do solo. As causas das alterações na densidade do solo podem ser naturais, difíceis de serem definidas e avaliadas, agindo lentamente no solo, como, por exemplo, a iluviação de argilas e também, por meio das forças mecânicas originadas da pressão causadas pelas rodas das máquinas agrícolas e pela própria ação de implementos sobre o solo (BELTRAME e TAYLOR, 1980).

Uma vez identificada a compactação do solo, o próximo passo é trabalhar na sua eliminação. O preparo do solo constitui-se em uma operação bastante onerosa,

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo coordenador do projeto de extensão e cultura, Prof. Dr Piero Iori, código PJ317-2018.

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, Curso de Agronomia. jeffersonreis.jsr@gmail.com

<sup>3</sup> Professor Doutor do Curso de Agronomia, Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, coordenador do projeto de extensão. pieroiori@hotmail.com

<sup>4</sup> Voluntário(a) do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, Curso de Agronomia.

<sup>5</sup> Discente. Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, Curso de Agronomia.



principalmente de solos em agrossistemas canavieiros. Assim, por se tratar de uma operação bastante onerosa, a decisão de executar o preparo ou não do solo deve ser antecedida por um minucioso planejamento, ou seja, a correta avaliação se realmente há a compactação do solo. Entretanto sem a adequada avaliação da condição estrutural do solo, seja por falta de equipamento e/ou conhecimento adequado, essa tomada de decisão fica comprometida.

## **BASE TEÓRICA**

Segundo Stefanoski et al. (2013), ao se discutir a sustentabilidade da produção agrícola, o que chama a atenção é o manejo contínuo de forma tradicional e o grande número de áreas degradadas ou em processo de degradação.

Hamza & Anderson (2005) aput Stefanoski et al. (2013) informam que do manejo, o preparo do solo talvez seja a atividade que mais exerce influência nos atributos indicadores da qualidade física do solo, pois atua diretamente na sua estrutura, causando de acordo com Camargo (1981) e Torres & Saraiva (1999) aput Machado (2003) redução de ar no solo, disponibilidade de água e nutrientes

Em seus estudos, Machado (2003) e Junior e Estanislau (1999) citam que a compactação do solo é resultado do intenso tráfego de tratores e implementos na lavoura, resultando em uma diminuição do seu volume não saturado, decorrente de uma compressão (Ex.: peso da máquina e implemento) que causa a expulsão do ar do solo, o re-arranjo das partículas (areia, silte e argila) e, como consequência, um aumento da densidade do solo.

De acordo com Dias Junior e Estanislau (1999) independentemente do uso do solo, o processo de compactação tem alterado suas propriedades físicas, tais como: densidade do solo, porosidade total, tamanho e continuidade dos poros, infiltração, capacidade de armazenamento de água, aeração, pressão de pré-consolidação e índice de compressão, corroborado por Oliveira, Dias Junior, *et al.*, (2003) a compactação do solo tem como consequências a queda de produtividade da cultura sucroalcooleira e o aumento dos processos erosivos.

A Embrapa Solos (Rio de Janeiro – RJ) em parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental (Manaus – AM) realiza estudos com a aplicação do sistema de aração profunda dos solos, sistema este que está sendo rapidamente difundido principalmente nos cultivos de cana de açúcar. Contudo, o sistema de preparo de solo





profundos, com subsoladores e grades, ainda apresenta incertezas quanto à duração dos efeitos na descompactação e na dinâmica da água no solo (Dias, 2017).

É alertado por Fries (2018), que não é de hoje que o setor canavieiro vem sofrendo com a crise, seja ela provocada pela falta de investimentos, ou planejamento das ações de manejo, o que acarreta em um rastro de destruição física do solo e prejuízos incalculáveis.

## **OBJETIVOS**

O objetivo deste projeto foi de por meio de processo de transferência de tecnologia, realizar a capacitação e treinamento de engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas, funcionários e alunos da área das ciências agrárias para o adequado uso do penetrômetro digital como ferramenta de diagnóstico da compactação do solo em agrossistemas canavieiros.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho é uma apresentação do desenvolvimento do projeto Extensão “PJ317-2018- Capacitação e treinamento de técnicos e agricultores no uso do penetrômetro digital como ferramenta de diagnóstico da compactação do solo”. Para execução deste projeto, de agosto de 2018 a julho de 2019, foram conduzidas duas oficinas contendo uma parte teórica sobre a compactação do solo e dos fatores envolvidos, e, uma parte prática para uso do penetrômetro digital de esforço manual.

A primeira oficina foi realizada durante III Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão – CONEPE em 2018 na Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí. Esta oficina teve como público alvo discentes de graduação da área das ciências agrárias e produtores rurais. A segunda oficina foi realizada na Fazenda Ariranha, junto ao setor de produção. O público alvo desta oficina contou com engenheiros agrônomos, técnicos agrícolas e produtores rurais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Em um primeiro momento, a capacitação de Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e discentes da área de agrárias, foi estabelecida por meio de oficinas teóricas sobre a adequada avaliação estrutural do solo, especificamente, sobre a compactação do solo. Adicionalmente, também foi abordado o papel fundamental do



correto diagnóstico da compactação do solo por meio do penetrômetro digital. Em um segundo momento, por meio também de oficina, porém de natureza prática, foi realizada a prospecção (quantificação e modelagem) da resistência do solo à penetração com uso de um penetrômetro digital de esforço manual, buscando mostrar aos envolvidos a identificação da compactação do solo.

Na Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí, durante III Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão – CONEPE em 2018, foi conduzida a oficina com temática, compactação do solo: causas e efeitos, ferramentas para o diagnóstico da compactação do solo e uso do penetrômetro digital. Esta oficina de treinamento (Figura 1A) teve o objetivo de apresentar o Penetrômetro Digital de esforço manual, treinar os participantes na interpretação dos resultados e auxiliar no manuseio do equipamento no campo (Figura 1B).

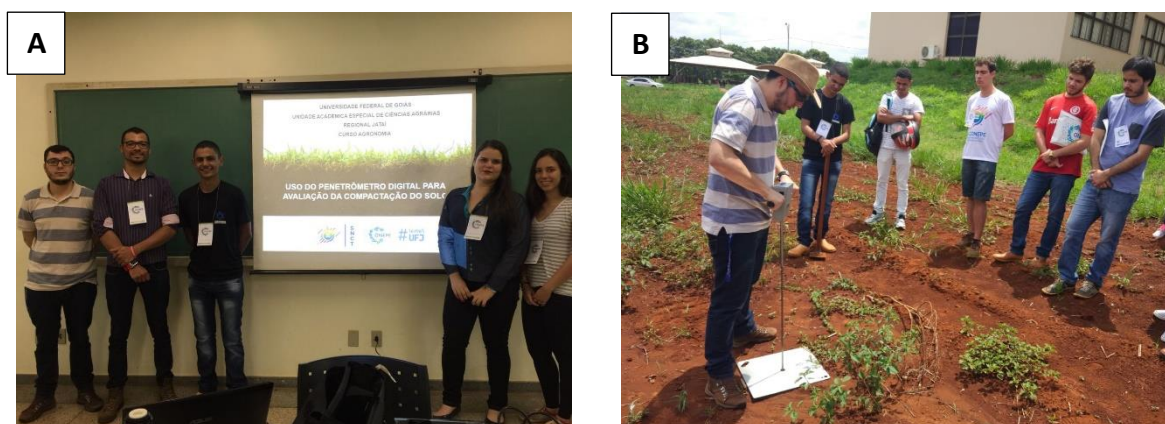


Figura 1. A) Equipe para a realização da oficina – parte teórica e B) Utilização do penetrômetro – parte prática, durante III Congresso de Ensino Pesquisa e Extensão – CONEPE na Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí.

Visando um apelo mais social e técnico na região, em um segundo momento deste projeto de extensão, foi realizado na Fazenda Ariranha (Figura 2) do proprietário Júlio Priori uma oficina em campo visando, através da troca de conhecimentos, alertar aos produtores e técnicos ali presentes das consequências que a compactação do solo causa na produtividade, e os fatores envolvidos no manejo que contribuem de forma significativa para a degradação física dos solos, fatores negativos que muitas vezes, passam despercebido pelo produtor e/ou responsável agrícola.



Figura 2. A) Parte teórica da oficina conduzida pelo professor e coordenador do projeto de Extensão, Piero Iori; B) Condução da parte prática da oficina realizada na Fazenda Ariranha.

Nos ensaios realizados no campo, foi possível visualizar de forma prática e direta as informações coletadas pelo penetrômetro digital de esforço manual em alguns talhões da fazenda. Nestes ensaios, foi detectado algumas áreas com valores acima 3,5 Mpa, o que já se caracteriza um impedimento físico ao desenvolvimento do sistema radicular de acordo com Stefanoski *et al.* (2013), em que considera valores críticos de resistência do solo à penetração de 1,5 MPa a 4,0 MPa; no entanto, valores próximos a 2 MPa são, de maneira geral, considerados como impeditivos ao crescimento radicular.

Foi observado por parte dos técnicos ali presentes, que a utilização do penetrômetro como uma ferramenta prática de avaliação física do solo no dia a dia da rotina das atividades agrícolas será de fundamental importância na tomada de decisões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. É notório que na maioria dos setores de produção agrícola há o negligenciamento dos parâmetros físicos do solo, que são limitantes para esta produção;
2. O não-conhecimento ou a negligência das análises físicas do solo, como por exemplo, a avaliação estrutural do solo (compactação do solo), tem causado prejuízos imensuráveis, sem falar da perpetuação da degradação física dos solos;



3. O Penetrômetro Digital de Esforço Manual é uma ferramenta prática, útil e de extrema necessidade nas atividades agrícolas, devido aos seus resultados imediatos e de fácil interpretação, resultando assim em uma tomada de decisão segura a respeito do manejo adotado.

## REFERÊNCIAS

BELTRAME, L.F.S.; TAYLOR, J.C. Causas e efeitos da compactação do solo. **Lavoura Arrozeira**, Porto Alegre, v.32, p. 59-62, 1980.

DIAS JUNIOR, M. S.; ESTANISLAU, W. T. Grau de compactação e retenção de água de Latossolos submetidos a diferentes sistemas de manejo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, Lavras, n. 23, p. 45-51, 1999.

DIAS, C. **Compactação do solo em canaviais é tema de estudo**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 29 maio 2017. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/23522314/compactacao-do-solo-em-canaviais-e-tema-de-estudo>>. Acesso em: 15 setembro 2019.

FRIES, V. E. **Crise do setor canavieiro, hora de recuperar o solo, e voltar a produzir**. Notícias Agrícolas, 2018. Disponível em: <<https://www.noticiasagricolas.com.br/artigos/artigos-geral/224098- crise-do-setor-canavieiro-hora-de-recuperar-o-solo-e-voltar-a-produzir.html>>. Acesso em: 16 setembro 2019.

MACHADO, P. L. O. D. A. **Compactação do Solo e Crescimento de Plantas: Como Identificar, Evitar e Remediar**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: EMBRAPA SOLOS, 2003, documento n. 56.

OLIVEIRA, G. C. D. et al. Alterações estruturais e comportamento compressivo de um Latossolo Vermelho distrófico argiloso sob diferentes sistemas de uso e manejo. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, Brasília, v. 38, n. 2, p. 291-299, fevereiro 2003. ISSN 1678-3921.

STEFANOSKI, D. C. et al. Uso e manejo do solo e seus impactos sobre a qualidade física. **Revista Brasileiro de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 17, n. 12, p. 1303-1309, 2013.

# **COMPOSIÇÃO CONSENSUAL DOS CONFLITOS PELO MÉTODO AUTOCOMPOSITIVO DA CONCILIAÇÃO: ANÁLISE DA BANCA PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO<sup>1</sup>**

**SOUZA**, Larissa Ferreira de<sup>2</sup>; **BORGES**, Nárrila Thalissa Dias<sup>3</sup>; **MELLO**, Gabriella Braga<sup>3</sup>; **CICCI**, João Antônio Paniago Vilela Rocha<sup>3</sup>; **PEREIRA**, Alexandre Ernesto de Almeida<sup>4</sup>; **LEAL**, Liliane Vieira Martins<sup>5</sup>.

**Palavras-chave:** Composição dos conflitos. Conciliação. Banca Permanente.

## **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Os meios adequados de resolução de conflitos, especialmente, a mediação e a conciliação, surgem perante a ineficiência do Estado em solucionar os litígios de forma célere e eficaz. Esses meios não jurisdicionais de solução de demandas priorizam a autonomia da vontade das partes para se obter uma solução amigável, estimulando a convivência cordial e, sobretudo, o diálogo entre os conflitantes. A finalidade desses métodos consiste em resolver os litígios sem sacrificar ou conceder os interesses iniciais dos conflitantes.

A conciliação propicia a autocomposição dos conflitos, assentando-se na informalidade, flexibilidade e descentralização (WOLKMER, 2001). “Conciliar é aproximar, colaborar, contribuir, fomentar, sugerir, estimular, trata-se de postura ativa, dinâmica, elaborada, atenta e comprometida com as pessoas e seus problemas” (TARTUCE, 2012, p. 175). Configura-se em um método construtivo, em que as partes buscam resolver os conflitos, sem acessar o Judiciário, com a presença de um terceiro imparcial com poder de decisão vinculativa.

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pela coordenadora do projeto de extensão e cultura, Profa. Dra. Liliane Vieira Martins Leal, código PJ372-2018.

<sup>2</sup> Acadêmica do Curso de Direito, UFG/Regional Jataí, bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). E-mail: larissa\_ferreiradesouza@hotmail.com

<sup>3</sup> Voluntários do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Provec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Direito. narrila\_006@hotmail.com; gabibragam1@gmail.com; joaob@hotmail.com

<sup>4</sup> Professor Mestre do Curso de Direito, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí, instrutor-supervisor do projeto de extensão. alexandre.ernesto@live.com

<sup>5</sup> Professora Doutora do Curso de Direito, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Goiás (UFG), Regional Jataí, coordenadora do projeto de extensão. liliane.leal@yahoo.com.br

Nessa perspectiva, nasce o projeto de extensão da Banca Permanente de Conciliação, desenvolvido no âmbito do NPJ, do Curso de Direito, da UFG/Regional Jataí. O foco do projeto é oferecer novas perspectivas à comunidade acadêmica, apresentando outros métodos de resolução dos conflitos e, a partir daí, modelar as técnicas autocompositivas de controvérsias em contraposição às vias adjudicatórias, que estimulam a litigiosidade entre os jurisdicionados. Para tanto, faz-se necessária a difusão da cultura da consensualidade em detrimento da processualística exacerbada que prioriza o formalismo e técnicas exclusivamente jurídicas.

O projeto de extensão em análise contribui para o acesso à justiça dos hipossuficientes, aqueles que não possuem condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, promovendo a inclusão de grupos sociais vulneráveis.

## **2 BASE TEÓRICA**

Klunk (2012) relata as inúmeras vantagens que a conciliação oferece, dentre elas a celeridade, confidencialidade, redução de custos, além da grande possibilidade de sucesso e uma maior qualidade na decisão acordada. O atual Código de Processo Civil inovou ao estabelecer a exigência das audiências de conciliação e mediação antes da instrução e julgamento de mérito, nos termos do art. 334 (BRASIL, 2015).

Na última década, verifica-se a crescente litigiosidade e o significativo número de demandas instauradas no Judiciário brasileiro. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou em relatório do ano-base de 2018 que o Poder Judiciário finalizou o ano com 78,7 milhões de processos em tramitação, aguardando alguma decisão definitiva. Desse total, 17,9% estavam suspensos, sobrestados ou em arquivo provisório, aguardando alguma solução jurídica futura. Desconsiderando esses processos, o Judiciário ainda permaneceu ao final de 2018 com 64,6 milhões de demandas judiciais. O acervo de processo crescia exponencialmente desde o ano de 2009, contudo, no ano de 2018, houve uma redução de fato no número de demandas pendentes, com queda de quase um milhão de processos judiciais (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2019). Diante desses dados, é inexorável a importância dos meios adequados de resolução dos conflitos.

Evidencia-se que as decisões judiciais não solucionam os conflitos sociais aparentes, apenas colocam fim ao processo, podendo perdurar o conflito originário. Desse modo, não previne que outras demandas possam emergir com novas

particularidades ou permanecer a mesma relação conflituosa social. Muitas vezes, a jurisdição regulariza o conflito social, porém não é suficiente para regularizar a própria vida (SPENGLER, 2010).

É por meio desse panorama que o projeto da Banca de Conciliação sugere ações transformadoras de problemas sociais, capazes de ampliar o acesso à justiça. Caracteriza-se em um instrumento que visa proporcionar a resolução de disputas, por meio de métodos simplificados, informais e sem custos, em que os interessados são sujeitos ativos, que participam do processo construtivo de consensualidade, promovendo a satisfação mútua dos seus interesses.

### **3 OBJETIVOS**

Promover a composição e prevenção dos conflitos sociais e judiciais, por meio de métodos adequados de solução de conflitos, a partir da realização das Bancas de Conciliação. Para a consecução desse propósito geral, delinearam-se os seguintes objetivos específicos: a) solucionar os conflitos sociais de forma célere, participativa, informal e menos onerosa para os interessados; b) promover o acesso à justiça à parcela da população desprovida de recursos financeiros; c) reduzir o número de processos judicializados tanto no NPJ quanto no Poder Judiciário; d) promover a cultura da pacificação entre os acadêmicos e na comunidade em geral; e e) proporcionar ao acadêmicos um novo campo de atuação direcionado aos meios voluntários e alternativos de resolução de conflitos, articulando os aspectos teóricos com a práxis jurídica.

### **4 METODOLOGIA**

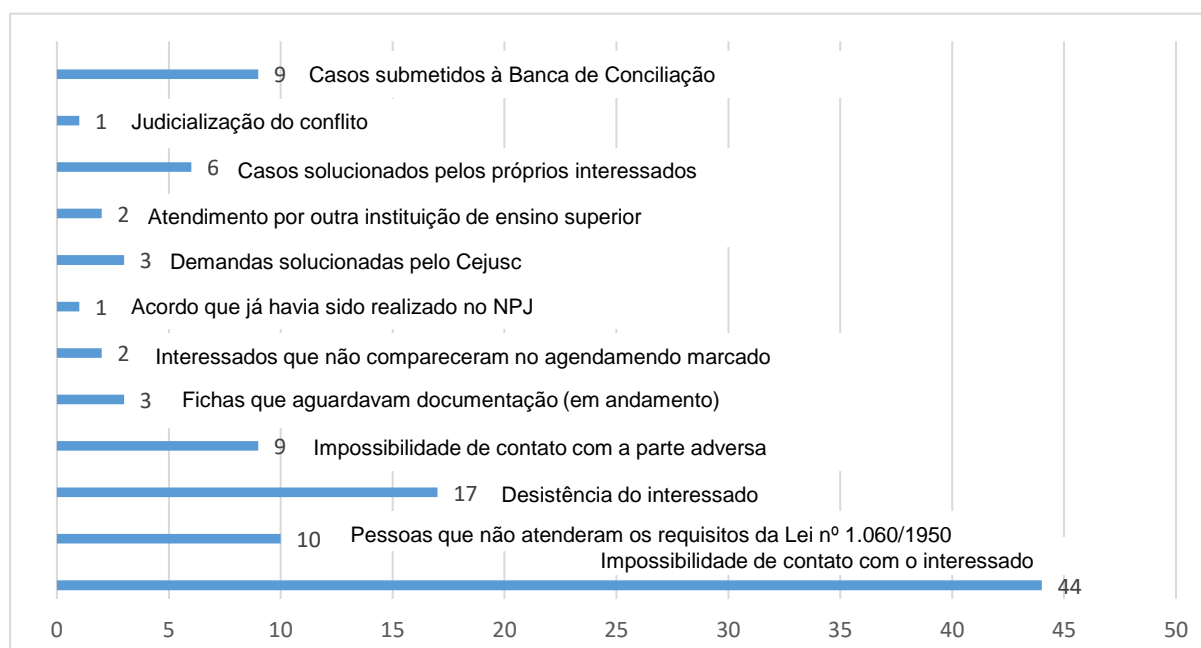
Para o desenvolvimento do projeto, foram definidas as seguintes etapas: a) seleção e capacitação dos extensionistas para atuarem como conciliadores na Banca de Conciliação; b) seleção, análise e distribuição das fichas de atendimentos entre os extensionistas; c) agendamento e entrevistas com os interessados; d) diagnóstico das demandas passíveis de conciliação pela Banca; e) elaboração do pré-processo; e) instalação da Banca de Conciliação; f) protocolo judicial dos termos de acordo. Pontuam-se ainda, ações direcionadas a implementação da cultura da pacificação na comunidade acadêmica e em geral: a criação de páginas nas redes sociais, *Instagram* e *Facebook*, que contêm textos e imagens referentes à conciliação e temas correlatos; a realização de um evento intitulado “Conciliação e mediação dos conflitos sociais e judiciais”, com a



exposição e o debate apresentados por um juiz de direito e uma promotora de justiça, cujas expertises consistem na consensualidade dos litígios.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto de extensão da Banca Permanente de Conciliação encontra-se na sua segunda edição. O período analisado compreende ao período de julho de 2018 a julho de 2019. Realizaram-se dinâmicas preliminares de seleção e capacitação da equipe de extensionistas e monitores pela professora orientadora do projeto para atuarem como conciliadores e colaboradores. As ações foram direcionadas para as técnicas autocompositivas. Posteriormente, iniciaram-se a seleção e análise das fichas de atendimento para verificar a possibilidade de submissão à Banca e cumprimento dos requisitos da Lei nº 1.060/1950, que estabelece as diretrizes para a assistência judiciária. No período de agosto a dezembro de 2018, selecionaram-se 53 fichas de atendimento e no período de janeiro a julho de 2019, selecionaram-se 54 fichas, todas foram distribuídas entre grupos de extensionistas para análise dos casos. Em seguida, iniciaram-se os agendamentos e entrevistas em data e horários previamente designados com os interessados para confirmar a possibilidade de acordo e, logo, submissão à Banca. No período de execução do projeto, verificou-se um número expressivo de demandas que não puderam ser objeto de resolução consensual, especialmente, pelos fatores apresentados na Figura 1:

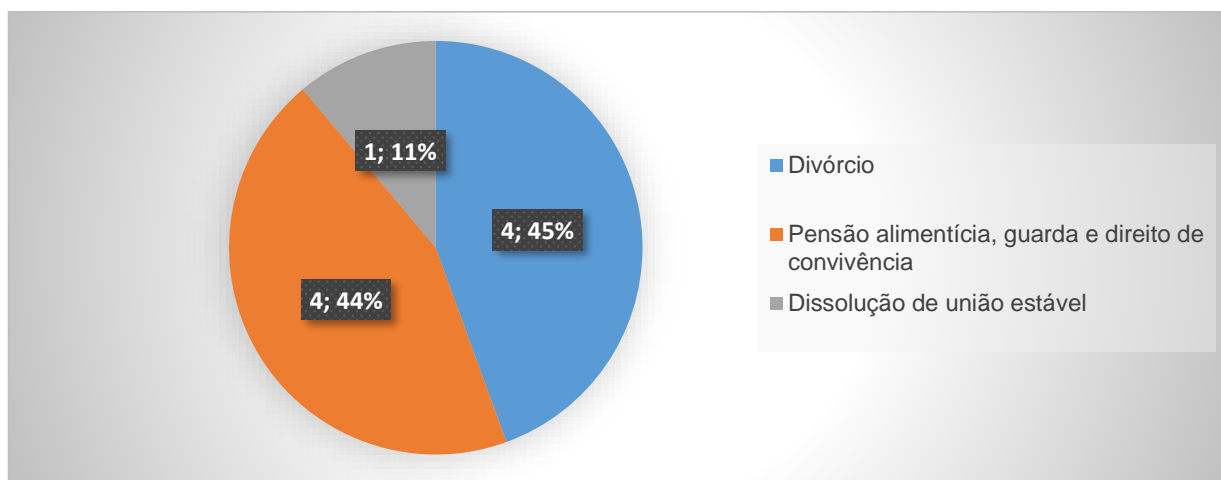


**Figura 1** - Dados referentes às ações da Banca de Conciliação - 2018-2019

Fonte: Relatório do projeto de extensão (2019)

A impossibilidade de contato com os interessados ocorreu, primordialmente, pelos números de telefones inexistentes, números que pertenciam a outras pessoas, ligações não atendidas e pessoa que atendeu a chamada informou que não tinha o contato do interessado. As desistências ocorreram pelo desinteresse na resolução do conflito de forma pacífica, pois o interessado que procurou o NPJ manifestou expressamente a litigiosidade do conflito, em que revelava a impossibilidade de qualquer contato com a parte adversa. Do total das fichas distribuídas para análise (107), realizaram-se 63 atendimentos, o que correspondeu a um percentual de 58,87% dos casos. Além disso, foram instaladas 9 Bancas de Conciliação, em que as demandas foram solucionadas pacificamente, sem a necessidade da judicialização do conflito. Apesar de um reduzido número de casos submetidos à Banca, os extensionistas juntamente com a professora orientadora realizaram os atendimentos, prestando a devida orientação jurídica ou encaminhando o caso para órgãos de defesa dos direitos individuais e coletivos, o que denota a efetividade do projeto em questão.

No que se refere à natureza das demandas que foram submetidas à Banca de Conciliação, apresentam-se os dados na Figura 2.



**Figura 2** - Natureza das demandas submetidas à Banca de Conciliação - 2018-2019

Fonte: Relatório do projeto de extensão (2019).

Logo, foram protocolizados 9 casos para a homologação do Poder Judiciário. Os dados revelam que todas as demandas foram na área do direito de família. Esse fato ocorre, principalmente, porque, na contemporaneidade, é possível notar grandes desarranjos vivenciais nas estruturas familiares. O divórcio e a possibilidade de se instituir novas formas de convívio contribuíram para uma verdadeira transformação na própria família, constituindo uma sociedade consolidada no pluralismo (DIAS, 2015, p. 12).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das considerações apresentadas, concluiu-se pela efetividade do projeto de extensão, notadamente, no que se refere aos atendimentos aos interessados e à composição dos conflitos, pois todos os casos submetidos à Banca foram pacificamente solucionados. Esse fato contribuiu para reduzir as demandas judiciais, colocar fim ao conflito, maior satisfação dos interesses dos envolvidos, celeridade, informalidade e, sobretudo, proporcionou o acesso à justiça aos hipossuficientes, sem nenhum custo. Acredita-se que o projeto propiciou aos extensionistas oportunidades diversas daquelas habitualmente instituídas nos cursos de Direito, fomentando a cultura da pacificação social. Por último, conclui-se que a divulgação do projeto nas mídias sociais e a realização das palestras foram preponderantes para os resultados satisfatórios em relação à difusão da pacificação social entre a comunidade acadêmica e externa.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 mar. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm)>. Acesso em: 13 set. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Justiça em números 2019**: ano-base 2018. Brasília, DF: CNJ, 2019. 236 p.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 10. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

KLUNK, Luzia. O conflito e os meios de solução: reflexões sobre mediação e conciliação. *In*: SPLENGER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação enquanto política pública**: o conflito, a crise da jurisdição e as práticas mediativas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012. p. 63-79.

SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação: um retrospecto histórico, conceitual e teórico. *In*: SPENGLER Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). **Mediação enquanto política pública**: a teoria, a prática e o projeto de lei. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010. p. 17-57.

TARTUCE, Fernanda. Conciliação em juízo: o que (não) é conciliar? *In*: SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves da (org.). **Negociação, mediação e arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p. 149-178.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2001.

## **MONITORIA DE KARATÊ: RELATO DE EXPERIÊNCIA<sup>1</sup>**

**LOPES**, Max Yury Almeida<sup>2</sup>; **BRAIT**, Lilian Ferreira Rodrigues<sup>3</sup>

**Palavras-chave:** Monitoria; Artes Marciais; Karatê.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

Por meio deste relato, pretendemos apresentar as experiências vivenciadas no decorrer do ano, como monitor do Núcleo de Práticas Corporais (NPC), com a modalidade karatê-do shotokan, ofertada para alunos, docentes e funcionários da universidade e para a comunidade de Jataí em geral, bem como divulgar aos discentes da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí e aos demais, a importância da prática de atividade física e a defesa pessoal para a saúde mental, social e física.

Assim como a maioria, ou se não todas, as artes marciais têm como princípio básico o autoconhecimento do indivíduo, o conhecimento do eu interno, autocontrole, autoconfiança, a concentração e a disciplina.

Diante disso, podemos afirmar que o karatê é uma ferramenta de extrema importância para o indivíduo, principalmente para muitos universitários, que deixam suas casas, família e o conforto de seu lar, em busca de um futuro melhor. Com isso, se encontram vulneráveis ao mundo decaído, podendo se perder em meio a esse caminho. Sendo assim, o karatê pode trazer ao aluno o autoconhecimento, a paz interior, para que desta forma ele possa seguir seu caminho focado em seu objetivo.

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pela coordenadora do projeto de extensão e cultura, Professora Lilian Ferreira Rodrigues Brait, código PJ385-2019.

<sup>2</sup> Bolsista do Núcleo de Práticas Corporais, da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), curso de Educação Física. Fonte financiadora: PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil. E-mail: maxyury1809@gmail.com

<sup>3</sup> Professora Doutora dos cursos de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí (UFG/REJ), orientadora/supervisora das ações do Núcleo de Práticas Corporais (NPC). E-mail: lilian\_brait@ufg.br

## **2 BASE TEÓRICA**

O karatê-do é uma arte marcial praticada com as mãos vazias, utilizando braços, pernas, o corpo e a mente. Fundado pelo mestre Gichin Funakoshi, um professor de uma escola primária que saiu de um pequeno arquipélago chamado Okinawa para ir ao Japão difundir o karatê, ele conseguiu apoio do governo japonês para implantar o karatê em diversas escolas. A partir disso, o karatê tomou proporções gigantescas, chegando ao Brasil, no estado de São Paulo, na década de 1950.

De acordo com o sensei Celso, o karatê

é mais do que uma atividade física, é mais que um exercício, uma ginástica, é mais do que formação do corpo, mas acima de tudo é formação do caráter... e como já dizia o mestre, é um caminho para a vida, é um caminho para... o hoje, é um caminho para o amanhã. [...] Essa batalha, essa luta... é diária... e é interior... se faz mais fora do dojo do que dentro dele... é o nosso cotidiano, é o nosso dia-a-dia [...] a dignidade... a honra... o trabalho... (LASE E JUNIOR, 2007, p. 5)

De acordo com Gichin Funakoshi, a prática dessa arte possui um propósito de caráter espiritual, de um espírito modesto. Paralelamente a isso, encontra-se uma força no homem capaz de destruir um animal com um único golpe. Somente assim, associando esses dois aspectos, o espiritual e o físico, que o indivíduo pode se tornar um verdadeiro carateca.

Decidir quem é o vencedor e quem é o vencido não é o seu objetivo principal. O karate-do é uma arte marcial para o desenvolvimento do caráter através do treinamento, para que o karateka possa superar quaisquer obstáculos, palpáveis ou não (NAKAYAMA, 1996, p.11).

Sendo assim, o karatê busca o conhecimento espiritual e físico, conduzindo o indivíduo ao conhecimento do eu interior. E a formação do homem, a configuração da moral, a coerência nas atitudes e decisões do dia-a-dia e, principalmente, o papel de cidadão do mundo.

## **3 OBJETIVOS**

Apresentar as experiências vividas como monitor de karatê-do no Núcleo de Práticas Corporais da UFG-REJ, ofertadas durante o período de outubro de 2018 a



julho de 2019, bem como reforçar a importância das artes marciais para ser humano no tocante ao desenvolvimento interno.

#### **4 METODOLOGIA**

Refere-se a um estudo descritivo relacionado a experiência de monitor de karatê. Destacando que o Núcleo de Práticas Corporais da UFG, regional Jataí, oferece diversas atividades físicas como, desportos, defesa pessoal, musculação, dança, entre outras, para a comunidade em geral de segunda à sexta-feira.

Ademais, foram consultadas algumas bibliografias para o auxílio da escrita deste relato.

#### **5 RELATO DE EXPERIÊNCIA**

O desenvolvimento da monitoria no NPC, refere-se a uma atividade desenvolvida por discentes dos cursos de Educação Física, que contribuem com a comunidade oferecendo atividades físicas de forma gratuita e, essa prática, ao longo do período, tem se consolidado com muita procura pela comunidade de forma geral. E com o karatê não foi diferente, todas as vagas foram preenchidas, e a maioria absoluta eram alunos da UFG.

No início das aulas, foi apresentado aos alunos o que é o karatê, com uma prévia história do seu surgimento e os seus fundamentos. Todas as aulas eram planejadas de maneira que pudessemos atender a todos os alunos, pois todos eram leigos, e havia a necessidade de ensinar como se soca, chuta e defende. Nas primeiras semanas, já foi possível avançar para o kata (luta imaginária individual), no qual todos alunos já conseguiam fazer o primeiro kata sozinho.

Com a evolução de cada aluno, ao longo das semanas, implementamos mais elementos, com muitas horas de kihon (conjunto de técnicas básicas de ataque e defesa). Já na sexta semana, iniciamos os primeiros shiai kumitê (combate entre dois alunos), pois como a técnica já estava se afinando, já era possível dar a eles a sensação de luta. Contudo, antes disso, foi passado a eles todas as regras básicas do kumitê.

Para melhor didática, iniciamos os combates apenas com socos na altura do abdome, com a utilização de protetor de tórax em ambos. Era proibido pontapés, por

se tratar da tamanha dificuldade que eles vinham apresentando para executar a técnica de chutes.

Já no kata, foi diagnosticado uma extrema dificuldade com os giros, avanços coordenados e a utilização do kiai (grito do karatê). Todavia, a evolução a cada aula era visível. Para melhor compreensão dos alunos, o primeiro kata (heian shodan) foi dividido em quatro partes as quais eram executados parte a parte até a fixação dos movimentos. A cada parte fixada, avançávamos para a outra, e se caso, durante a execução, ocorresse algum erro, o aluno retornava ao início e reiniciava o kata.

Correlacionado a isso, o nível de treinamento foi aumentando, e os treinamentos físicos, em específico o cardiorrespiratório, foi necessário para melhor aproveitamento da aula. Dessa maneira, foram implementados treinos anaeróbios e aeróbios. De acordo com a evolução de cada aluno, o nível era elevado e a exigência de esforço era maior.

Com cerca de dez semanas foi notado constantes faltas dos alunos, ao perguntar o motivo das faltas, muitos disseram que o principal fator era o período de avaliações e seminários exigidos pela graduação, sendo observado que não apenas no karatê, como também em todas as outras modalidades oferecidas pelo NPC sofreram redução do número de aluno.

Além disso, havia a presença de quatro alunos graduados, sendo dois desses, faixas pretas. Dessa forma, o alongamento em conjunto com o aquecimento era feito com os iniciantes e os graduados, em seguida era dividido o treino em dois grupos sendo, os iniciantes e os avançados. A parte do karatê avançado, com golpes e bases complexas, somente os faixas graduados executavam, sendo utilizado parte do dojo (local de treinamento de artes marciais), já aos iniciantes era utilizado a outra metade do dojo para aplicação dos treinos.

Por fim, o karatê é uma ferramenta de extrema importância para o homem, já que hoje, devido ao dia-a-dia estressante, se faz necessário a busca pela paz interior. Sendo assim, o karatê apresenta princípios, afim de oferecer o autoconhecimento, e ensina o indivíduo a superar obstáculos da nossa vida diária, já que os elementos aprendidos nos treinamentos são aplicados o tempo todo.

Tendo em vista que o NPC se localiza dentro do Campus Jatobá, facilita muito a prática das modalidades oferecidas aos alunos dos diversos cursos oferecidos pela





UFG/REJ, principalmente os universitários que vivem longe da família e se encontram desprotegidos, incertos e estressados com a rotina universitária e ao mundo decaído.

Trabalhar como monitor de karatê no NPC foi de extrema importância para meu progresso e compreensão na área. Pois, antes de me ingressar ao curso de Educação Física, tinha uma percepção apenas de karatê competição e alto nível. Entretanto, após trabalhar como monitor e com a rotina de preparar e planejar todas as aulas, notei a necessidade do entendimento da teoria do karatê, no qual busquei aprofundar meus conceitos sobre os princípios e fundamentos dessa arte. Com isso, pude oferecer aos meus alunos um melhor conteúdo de aula, assim também como elevar meu nível de criticidade com o esportivismo nas artes marciais.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este relato teve o objetivo de demonstrar a importância das artes marciais, em específico o karatê, como meio para interiorização do indivíduo, proporcionando a busca pela paz interior e também por um estilo de vida saudável através de sua prática. Assim, também tivemos a oportunidade de vivenciar uma das principais culturas do Japão, o karatê.

Além disso, como o discente passa por diversas horas sentado em uma cadeira estudando, associado ao estresse do dia-a-dia, a prática do karatê pode instigar o aluno a pensar com clareza e paciência, como também dar ao seu corpo o prazer da atividade física, fazendo com que ele tenha um melhor desempenho com o seu eu interno e externo.

#### **REFERÊNCIAS**

LASE, Victor. JUNIOR, Luiz Gonçalves. **Karatê-do como própria vida**. Motriz, Rio Claro, v.13 n.1 p.33-42, jan./mar. 2007.

MASATOSHI, Nakayama. **O melhor do karatê: Visão abrangente, práticas**. Cultrix, vol.1. São Paulo, 1996.



## **NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR EM DIREITOS HUMANOS: ASSESSORIA JURÍDICA POPULAR NA REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE JATAÍ/GO<sup>1</sup>**

**SANTOS**, Renato Alves<sup>2</sup>; **DIEHL**, Diego Augusto<sup>3</sup>;

**Palavras-chave:** Pedagogia. Oprimido. Economia Solidária.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

O projeto de Assessoria Jurídica Popular na Rede de Atenção Psicossocial do município de Jataí–GO, é desenvolvido pelos orientadores Prof. Dr. Diego Augusto Diehl (Direito), juntamente com a equipe formada por alunos do Núcleo de Assistência Jurídica Popular em Direitos Humanos (NAJUPDH – Direito) em parceria com projetos do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás – REJ.

Nesse sentido, desde o 2º semestre de 2017, as atividades são desenvolvidas em conjunto com a Associação Conviver, composta, principalmente, por usuários da rede pública de saúde mental do município. A Associação Conviver é uma organização civil que visa a luta por direitos, promoção de ações culturais e desenvolvimento de atividades de geração de renda.

Por essa razão e, a fim de alcançar sustentação institucional e financeira, a Associação necessitava de uma melhor estrutura organizacional e sua devida legalização, por meio do registro de seu estatuto. Diante de tais demandas, surgiu o ponto de união entre a *Associação Conviver*, o *NAJUPDH* e o *Interações*.

Norteados, principalmente, pelas diretrizes da *Reforma Psiquiátrica* e pela *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire, visamos o desenvolvimento pleno da autonomia e reinserção social dos indivíduos com transtornos mentais. Referente à

---

<sup>1</sup> Resumo revisado pelo coordenador do projeto de extensão e cultura Dr. Diego Augusto Diehl, código PJ547-2018

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás-Regional Jataí (UFG), Faculdade de Direito.

<sup>3</sup> Professor doutor da Faculdade de Direito, Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí (UFG).



geração de renda e inclusão no mercado de trabalho, aplicamos os princípios da *Economia solidária* como forma de inserir esses indivíduos que foram excluídos da lógica capitalista de trabalho.

## 2 BASE TEÓRICA

Segundo Paulo Freire (1987), a humanização é vocação dos humanos – a busca do *ser-mais* – movidos pelos anseios de liberdade e justiça. Dessa forma, a desumanização ocorre com indivíduos que têm sua humanidade roubada, ou seja, são vítimas das violações cometidas por seus opressores que os impossibilitam de ser mais.

Diante disso, a luta dos oprimidos almeja “recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealisticamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade de ambos” (FREIRE; p. 16, 1987).

Por outro lado, destaca-se que A Reforma Psiquiátrica é entendida “como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais” na maneira de lidar com os indivíduos em sofrimento mental (MELLO, MELLO e KOHN, 2007, p.39).

São eixos da Reforma Psiquiátrica: a erradicação da lógica hospitalar/asilar e o reconhecimento e conquista de direitos dos pacientes psiquiátricos.

Diante deste cenário, torna-se estratégica a função exercida pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), principal equipamento utilizado pelos associados, como serviço de saúde, aberto e comunitário, sendo ofertado por este

atendimento diário às pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, realizando o acompanhamento clínico e a reinserção social destas pessoas por meio do acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. (MELLO, MELLO e KOHN, 2007, p. 59).



Importante pontuar que o serviço em rede e utilização do território potencializam as finalidades almejadas pela Reforma Psiquiátrica. Por rede, entende-se o conjunto formado por “instituições, associações, cooperativas e variados espaços das cidades”. Já a noção de território abrange uma “designação não apenas de uma área geográfica, mas das pessoas, das instituições, das redes e dos cenários nos quais se dão a vida comunitária” (MELLO, MELLO e KOHN, 2007, p. 57-58).

Dessa forma, nota-se que a Associação Conviver faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), estando diretamente ligada aos outros equipamentos da rede, como, por exemplo, o CAPS e o Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS).

### **3 OBJETIVOS**

O projeto visa auxiliar os usuários da Associação Conviver na construção, legitimação e aplicação do seu novo estatuto, ampliando a autonomia dos mesmos, bem como estruturar a geração de renda para sua maior efetividade.

### **4 METODOLOGIA**

A libertação dos oprimidos passa pela consciência de seu estado opressão e, posteriormente, a práxis - ação e reflexão. Em nosso projeto essa fase do processo ocorre nas Reuniões semanais realizadas pelos associados e a equipe, momento em que se analisa a conjuntura política da saúde mental em todas as suas esferas – municipal, estadual e federal – e partindo desta, elabora-se as ações a serem realizadas pela associação, como, por exemplo, participação em eventos, conferências e conselhos de saúde e questões organizacionais, como distribuição de tarefas. Referente a geração de renda, toda sexta-feira os associados reúnem-se no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e desenvolvem uma troca de saber artesanal. Cada semana um artesão ensina o que sabe e, dessa forma, os artesãos aprendem novas técnicas e produzem novos produtos a serem comercializados.

### **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**



Cabe a nós uma breve análise sobre a autonomia dos associados. Como expõe Paulo Freire (1987), os oprimidos estão imersos a uma dualidade de consciência, em outras palavras, os oprimidos além de viverem almejando a sua liberdade, carregam ainda em si a “consciência opressora”.

Fato este que explica falas e atitudes passivas frente a opressão, como por exemplo, a reprodução de dizeres limitadores como “não conseguimos”, “o que devemos fazer”, “isso não é coisa para ‘louco’ ou “não somos capazes”.

Esses dizeres são resultado de uma lógica asilar que retirou toda autonomia dos “pacientes” e os aplicaram uma rotina de ordens e comandos, tornando-os meros reprodutores destes imperativos.

Desse modo, o trabalho entorno do desenvolvimento da autonomia tem destaque em todo planejamento realizado no projeto. O novo estatuto elaborado pela equipe em conjunto com os associados, prevê maior participação em todas as esferas possíveis internamente, evitando que o poder e as tarefas a serem cumpridas se concentrem em um associado.

Esse estatuto rompe a lógica hierarquizada e estabelece uma organização político-administrativa horizontal, contando com coordenações em diversos ramos específicos (político, cultural, de geração de renda...), além de prever um conselho fiscal, afim de dar maior transparência as transações financeiras realizadas.

Destacamos a mobilização realizada pelos usuários frente ao fechamento arbitrário do Centro de Convivência, equipamento que oferecia “espaços de sociabilidade, produção cultural e intervenção na cidade na cidade” (MELLO, MELLO e KOHN, 2007, p.70). Fechamento que também acometeu o NAPS, resultando na demissão de servidores e restrição do atendimento dos usuários da rede. Contudo, o fechamento em definitivo do NAPS foi evitado devido pressão exercida pelos usuários e posicionamento organizado em defesa de seus direitos.

Além disso, frente aos entraves impostos pela lógica capitalista à pessoas com transtornos mentais, nos orientamos através das diretrizes da Economia Solidária que instaura a “solidariedade como norma social e a construção de empreendimentos

coletivos e autogestionários como resposta ao mercado.” (MELLO, MELLO e KOHN, 2007, p.67)

A Associação atualmente possui um ponto fixo de comercialização na “feira coberta”, com data e local pré-estabelecidos, ocorrendo toda primeira quinta-feira de cada mês, no espaço ao lado da prefeitura do município de Jataí.



Figura 1 Reunião realizada semanalmente, no qual surgem as demandas e encaminhamentos



Figura 2 Participação da Associação Conviver na Conferência Macrorregional de Saúde (2019)



Figura 3 Exposição das obras produzidas pelos artesãos da Associação Conviver

## 6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, mesmo após a Reforma Psiquiátrica e todos os avanços na conquista e reconhecimento dos direitos das pessoas com transtornos mentais, alguns destes indivíduos ainda se encontram em situação de dependência parcial ou total (tutela ou curatela).



Desse modo, muitos ainda se escondem atrás de seus tutores/curadores ou são limitados por estes. Em virtude disso, em diversas atividades faz-se necessária a intervenção da equipe para ressaltar a importância da ação dos associados como meio de exercerem de forma plena seus direitos civis.

A lógica hospitalocêntrica concretizou a objetificação das pessoas com transtornos mentais, sendo essas pessoas reclusas da sociedade e restringidas de direitos civis como o direito de livre circulação e tratamento digno, estando cativas por paredes e grades

Além disso, o modo de produção capitalista nega a inclusão das pessoas com transtornos mentais no mercado por julgar que tais indivíduos são improdutivos para a lógica.

Em suma, o trabalho desenvolvido na Associação Conviver, além do caráter de geração de renda, possui ainda a característica de potencializar a inclusão social dos indivíduos com transtornos mentais e exercício pleno de sua autonomia como cidadãos portadores de direitos e deveres.

## REFERÊNCIAS

MELLO, Marcelo Feijó de; MELLO, Andrea de Abreu Feijó de; KOHN, Robert; organizadores. **Epidemiologia da saúde mental no Brasil** – Porto Alegre: Artmed, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. E-book. 17<sup>a</sup>. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. Data de acesso: 19/09/2019. Disponibilidade e acesso: [https://drive.google.com/file/d/1klvpq\\_-yGdv82o90CHjwby7e7rcEr0by/view](https://drive.google.com/file/d/1klvpq_-yGdv82o90CHjwby7e7rcEr0by/view).





## **UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM ATIVIDADE DE PROJETO DE EXTENSÃO “ESCOLA DE GAMES 2.0” COMO BOLSISTA PROBEC**

**RIBEIRO**, Ruann Nikolas<sup>1</sup>; **BOAVENTURA**, A.P.F.V.<sup>2</sup>

**Palavras-chave:** Ensino de programação, Roteiro de Jogos, Scratch.

### **1 INTRODUÇÃO/JUSTIFICATIVA**

De acordo com a legislação brasileira a pesquisa de extensão faz parte de um dos três pilares das Universidades, portanto não se pode separar a Universidade da extensão, caso contrário estará violando um preceito legal. (Da Silva Cordeiro, Filomena Maria Gonçalves et al, 2009). A Universidade Federal de Goiás/ Regional Jatai (Universidade Federal de Jatai) apoia as políticas de extensão, que tem como objetivo integrar a comunidade circunvizinha a Universidade, levando o conhecimento para fora dos muros da Universidade. Neste contexto, o projeto “Escola de Games 2.0” surge como uma iniciativa que tem como objetivo introduzir o conhecimento tecnológico a crianças e jovens da rede pública de ensino da cidade de Jatai - Goiás. Para cumprir este objetivo o referido projeto visa ensinar da lógica de programação através da construção de jogos.

O projeto justifica-se pois em uma sociedade cada vez mais dependente de tecnologias digitais, dominar uma linguagem de programação se torna um grande diferencial. Infelizmente iniciativas voltadas para o ensino de programação ainda são muito onerosas às classes socioeconômicas desfavorecidas, fazendo-se necessário a criação de projetos que possibilitem a inserção dessa comunidade ao conhecimento tecnológico.

---

1 Bolsista do Programa de Bolsas de Extensão e Cultura (Probec). Universidade Federal de Goiás (UFG), Faculdade de Ciências da Computação – Código da Ação (PJ319-2018)

2 Resumo revisado pela coordenadora do projeto de extensão e cultura, Prof. Ana Paula Freitas Vilela Boaventura.



## **2 BASE TEÓRICA**

### **2.1 Iniciativas para Ensino de Programação**

A Hora do Código é uma ação criada pelo Code.org (uma instituição sem fins lucrativos que tem como intuito tornar a Ciências da Computação mais acessível a todos) e tem como objetivo desmistificar a programação através de tutorias de uma hora, que demonstram fundamentos básicos de programação, aplicando tais conceitos na prática. Essa ação atinge dezenas de milhões de estudantes em mais de 180 países contando com grandes parceiros como *Khan Academy* e *Microsoft*.

No Brasil, a Hora do Código tem por representante o Programaê! que é fruto da parceria entre a Fundação Lemann e a Fundação Telefônica VIVO e que incentiva professores e alunos a levarem a programação para as escolas. Segundo o site LINKS mais de dois milhões de brasileiros já participaram desta iniciativa (Hora do Codigo, 2019).

Outra iniciativa que pode ser citada é o Codeacademy uma plataforma gratuita que utiliza um sistema de ensino colaborativo, onde qualquer pessoa pode criar seus próprios cursos de programação dentro do site. O site foi desenvolvido com o objetivo de ser uma ferramenta que facilite o acesso ao ensino de programação oferecendo ao aluno um feedback após cada exercício resolvido de forma a tentar melhorar a compreensão do aluno em relação ao exercício feito, caso necessário.

Neste contexto, cabe ressaltar a importância do ensino da programação e de ações como a proposta pelo projeto “Escola de Games 2.0”. Em comparação a outras iniciativas similares, é notável que a contribuição dessa ação está no fato de possibilitar um ensino de programação mais customizado com o intuito de facilitar e atrair o interesse dos alunos, visto que eles são induzidos a utilizarem a lógica de programação para criarem seus próprios jogos. O projeto utiliza de conteúdos como o de roteiro de jogos junto ao ensino de programação de forma a estimular a aprendizagem dos alunos através de projetos, criando assim um ambiente de aprendizagem com significado.

### **2.2 Scratch**

Scratch é uma linguagem visual de programação, baseada em estruturas de blocos, que foi desenvolvida no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (do Inglês,



Massachusetts Institute of Technology, MIT), inspirada pelos ideais construtivistas da linguagem Logo. Tendo como objetivo principal auxiliar no ensino da programação de forma lúdica e criativa, podendo ser usada em crianças a partir de 8 anos de idades e pessoas que não possuem nenhuma experiência com programação.

A linguagem Scratch permite a criação de jogos, animações e histórias interativas tornando a linguagem uma forma mais estimulante de se aprender a programar. A programação é desenvolvida através de blocos de encaixe, fazendo com que a aprendizagem da lógica de programação se torne mais agradável já que a própria linguagem é voltada para um desenvolvimento mais criativo. Possibilitando assim que o aluno se concentre somente na criação do algoritmo em divergência com linguagens tradicionais onde é necessário que se saiba toda a sintaxe da linguagem, uma das maiores dificuldades dos alunos ao aprender a programar (Scaico et.al, 2012).

Além disso, o Scratch se torna ainda mais adequado quando se tem em vista a realidade das escolas públicas brasileiras, já que o mesmo proporciona que o aluno use a ferramenta na sua linguagem nativa, o português, eliminando outra barreira que se é encontrada ao aprender outras linguagens de programação. Ao não precisar se preocupar com a sintaxe nem com a linguagem em que ela está, os alunos ficam mais motivados a aprender e criar códigos.

### **3 OBJETIVOS**

Este trabalho tem por objetivo relatar a experiência vivida na execução do projeto de “Escola de Games 2.0”, na condição de bolsista entre 2018/2 e 2019/1.

### **4 METODOLOGIA**

Para o desenvolvimento da ação, o primeiro passo foi o respeito à identificação da unidade escolar que atenda aos requisitos do projeto. Posteriormente, é feito o planejamento do minicurso, que foi elaborado com uma carga horária de 20 horas subdividido em aulas intercaladas de roteiros e de programação. Ao final, os alunos que finalizaram as atividades, serão convidados a participar do Espaço das Profissões.



## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO/RELATO DE EXPERIÊNCIA**

A O público da turma do minicurso elaborado pelo projeto Escola de Games 2.0 foram um grupo 16 de alunos com idade entre 13 a 14 anos da Escola Estadual Washington Barros França, localizada na cidade de Jataí, Goiás. O curso contou com um instrutores e dois monitores por aula. O laboratório do colégio contava com 20 computadores, que utilizavam o sistema operacional Windows, alguns computadores contavam com o sistema mais recente do Window 10 enquanto outros o Windows 7 ambos eram compatíveis com os programas utilizados para o projeto?

A Escola Estadual Washington Barros França no setor Jacutinga em que foi feita um total de três visitas para identificar se seria possível, e como seria o planejamento para a execução do projeto na escola. A primeira visita foi reservada para conversar e explicar sobre o projeto ao diretor do colégio, que se mostrou muito interessado e receptivo a proposta, com essa recepção logo foi possível verificar o laboratório da escola, que contava com um total de 20 computadores funcionando.

Após a averiguação da possibilidade de se executar o projeto na escola foi proposto, ao conversar com o diretor da escola, que as aulas seriam lecionadas aos alunos do 8º ano do ensino fundamental. Portanto a segunda visita feita a escola foi direcionada a apresentação do projeto as turmas do 8º ano, que contava com quatro turmas diferentes, com o intuito de verificar quantos alunos se interessariam pelo projeto e se o laboratório conseguiria suportar todos eles. O total de alunos interessados foi de 42 alunos o que estava dentro da margem esperada, já que seria proposto que os alunos trabalhassem, em seus computadores, em duplas ou trios ao desenvolver seus jogos.

A terceira visita foi feita somente para fazer a instalação, nos computadores, dos programas necessárias para execução das aulas. Após isso foi dado o início às aulas que foram composta por 10 encontros sendo uma aula de 2 horas por semana.

Apesar de muitos alunos expressarem interesse pelo minicurso, na primeira aula compareceram um total de 16 alunos, menos da metade dos alunos que eram previsto inicialmente nas inscrições. Ao conversar com o diretor e os professores se chegou à conclusão que apesar do interesse dos alunos, pelo fato do minicurso ser lecionado em um horário fora de aula, tornava-se muito mais difícil que os alunos



comparecessem. Sendo um dos fatores o deslocamento até a escola, que seria dobrado já que os alunos precisariam comparecer a escola tanto no período da manhã quanto no da tarde. O diretor relatou ainda que em alguns períodos a uma queda no índice de frequência dos alunos a escola, estando muitas vezes relacionados a fatores financeiros e familiares acabam impossibilitando o aluno de ir à escola. Essa realidade já era esperada por se tratar de uma comunidade mais carente e foi claramente observada já que na quarta aula foi onde se teve o maior índice de presença dos alunos inscritos, tendo 22 alunos em sala. No decorrer das 10 aulas proposta o índice de presença variou bastante apesar disso se via um interesse e entusiasmo em se aprender o conteúdo aplicado.

Foi observado um grande interesse dos alunos de usarem os computadores logo no primeiro encontro, já que muitos relataram que não tinham computadores em casa sendo essa uma ocasião rara para eles. Essa falta de contato com computadores também gerou uma dificuldade aos alunos, mas foi diminuindo no decorrer das aulas. Outro fator para se levar em consideração também, é a vontade dos alunos de terem seus projetos e jogos que criaram em seus *smartphones*, já que a maioria só possuem *smartphones* o que não era possível já que os jogos criados com o Scratch não são compatíveis com smartphones.

## **6 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De modo geral apesar de algumas dificuldades dos alunos com conceitos matemáticos e da evasão ou pouca frequência de alguns, em sua maioria os alunos demonstraram muito entusiasmo com o minicurso. Pode-se observar também a aptidão de alguns alunos para a programação e a vontade de se aprender mais sobre o assunto. Com isso conclui-se que, apesar da infraestrutura e do apoio do diretor e professores para a execução do projeto muitos fatores pessoais dos alunos interferiram para que se houvesse uma maior dedicação dos alunos ao minicurso. Esses fatores são difíceis de mensurar já que diferem de aluno para aluno, mas é claro que essas condições são uma das grandes responsáveis pela desmotivação dos alunos em comparecer às aulas. Ao fim dessa edição se vislumbram pontos



aperfeiçoamento com o intuito de dar continuidade a esse projeto, e levá-lo a mais instituições de ensino.

## REFERÊNCIAS

*Codeacademy*. (2019). Disponível em: <<https://www.codecademy.com/about>> .

Acesso em: 13 de Setembro de 2019.

DA SILVA CORDEIRO, Filomena Maria Gonçalves et al. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista brasileira de educação**, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

*Hora do Código*. (2019). Disponível em: <https://hourofcode.com/br> - Acesso em: 13 de Setembro de 2019.

SCAICO, Pasqueline Dantas et al. Programação no ensino médio: uma abordagem de ensino orientado ao design com Scratch. In: **Anais do Workshop de Informática na Escola**. 2012.

WING, Jeannette M. Computational thinking. **Communications of the ACM**, v. 49, n. 3, p. 33-35, 2006.